Judiciário em Foco

Assessoria de Comunicação - www.tjce.jus.br - imprensa@tjce.jus.br

Um ano de gestão

Desembargador José Arísio Lopes da Costa retoma pagamento de precatórios e prioriza ações para agilizar julgamentos

TRIBUNAL PLENO

Des. José Arísio Lopes da Costa - Presidente
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido - Vice-Presidente
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar - Corregedora-Geral da Justiça
Des. Ernani Barreira Porto
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Des. João Byron de Figueirêdo Frota
Des. Ademar Mendes Bezerra
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. José Mário Dos Martins Coelho
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa.Vera Lúcia Correia Lima
Des. Francisco Auricélio Pontes
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Paulo Camelo Timbó
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Des. Jucid Peixoto do Amaral
Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco José Martins Câmara
Des. Váldsen da Silva Alves Pereira
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Teodoro Silva Santos
Des. Carlos Rodrigues Feitosa
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Dr. Pedro Henrique Genova de Castro - Secretário Geral

ÓRGÃO ESPECIAL

Des. José Arísio Lopes da Costa
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar
Des. Ernani Barreira Porto
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Des. João Byron de Figueirêdo Frota
Des. Ademar Mendes Bezerra
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. José Mário Dos Martins Coelho
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Auricélio Pontes
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Dr. Pedro Henrique Genova de Castro - Secretário Geral

Juiz José Krentel Ferreira Filho - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua

Juliana Cardoso Lima - Assessora Especial da Presidência
Ana Katarina Fonteles Soares - Secretária Especial de Planejamento e Gestão
Jordete de Oliveira Franco Gomes - Secretária de Administração
Dilthey Pontes Forte - Secretário de Tecnologia da Informação
Francisca Cleidinir Rego Magalhães Martins - Secretária Judiciária
Newton Rodrigues Sousa - Secretário de Finanças
Adriana Islaia Carneiro Leal - Secretária de Gestão de Pessoas
José Ricardo Vidal Patrocínio - Juiz Auxiliar da Presidência
Francisco Eduardo Fontenele Batista - Juiz Auxiliar da Presidência
Cristiano Rabelo Leitão - Juiz Auxiliar da Vice-Presidência
Lúcia Carvalho Cidrão - Assessora Institucional
Chrystianne dos Santos Sobral - Consultora Jurídica
Maria José de Oliveira Fernandes - Auditora-chefe de Controle Interno
Dalva Regina Luna Queiroz - Chefe da Assessoria de Comunicação
Alessandra Bezerra Aragão - Chefe da Assessoria de Cerimonial
Augusto Nirlando Monteiro Vieira Major PM - Assistente Militar
Veridiana Monteiro Chaves - Assessora Pedagógica da Presidência

EXPEDIENTE
Editores: Regina Luna e Francisco José Rosa | Repórteres: Luciberto Forte, Edson Gomes, Crisley Cavalcante, Irailton Menezes, Diego Silveira, Ana Carolina Palhano, Carolina do Vale e Emerson Rodrigues | Fotos: Nadson Fernandes | Designer: Eduardo Torres

Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Tel.: (85) 3207.7056/7060
Fax: (85) 3207.7058 - E-mail: imprensa@tjce.jus.br
Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça - Dezembro/2011

Editorial

O desembargador José Arísio Lopes da Costa assumiu o comando do Judiciário cearense, em 28 de janeiro de 2011, determinado a implementar ações voltadas à melhoria da prestação jurisdicional. A principal delas, criação e instalação do Órgão Especial, imprimiu mais agilidade aos julgamentos e às decisões de cunho administrativo.

Ao término do ano, é possível avaliar resultados positivos. O servidor recebeu atenção especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que priorizou a valorização profissional com capacitações e incentivos financeiros por meio de gratificações.

A Gratificação de Interiorização (GEI) e a Gratificação por Alcance de Metas (GAM) estavam previstas no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores e, agora, já são realidade na Capital e no Interior. O aumento de 30 para 40 horas na jornada de trabalho está previsto na Proposta Orçamentária de 2012 enviada ao Executivo. A medida amplia o horário de atendimento ao jurisdicionado e também beneficia o servidor com incremento salarial.

O direito à promoção e remoção dos magistrados foi cumprido com rigor, beneficiando 172 juízes. Em virtude da criação de varas, respaldada pela Lei nº 14.407/2009, foi preciso abrir concurso para juiz substituto. A comissão coordenadora, liderada pelo vice-presidente do TJCE, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, publicou edital do certame no Diário da Justiça Eletrônico, no dia 28 de novembro.

A retomada do pagamento dos precatórios foi priorizada na atual administração. O desembargador José Arísio Lopes solicitou o acompanhamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para reestruturar o setor.

As mudanças contemplaram, inicialmente, pessoas portadoras de doenças graves e as que têm acima de 60 anos de idade. Em seguida, os pagamentos passaram a ser feitos obedecendo à ordem cronológica de entrada do precatório no Tribunal de Justiça.

O projeto de digitalização de processos precisou de ajustes e, ao longo do ano, a Presidência implementou ações para torná-lo mais eficiente. Assim, a ferramenta ganhou cara nova e vem sendo efetivada paulatinamente nas Varas do Fórum Clóvis Beviláqua. No âmbito da Justiça de 2º Grau, já funciona em todas as Câmaras, Tribunal Pleno, Órgão Especial, Gabinetes e nos setores administrativos.

O incentivo à conciliação também se destacou, com a criação do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e apoio à realização de mutirões para resolver conflitos de forma mais rápida.

A Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) teve papel significativo durante 2011 para a formação de magistrados e servidores. Aumentou o número de cursos de especialização e sediou importantes debates na área do Direito.

Ao tomar posse, o presidente José Arísio Lopes da Costa fez questão de dizer que não faria promessas em vão, mas assegurou que envidaria todos os esforços possíveis para realizar uma administração consciente. Nesta revista, o leitor terá a oportunidade de conferir o que, em tão exíguo tempo, o desembargador conseguiu implementar, contribuindo de forma significativa para maior credibilidade da Justiça do Ceará.

SUMÁRIO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ações valorizam servidor e agilizam trâmite processual 6

Setor de precatórios é reestruturado para agilizar pagamentos 10

SECRETARIA GERAL

Órgão Especial agiliza julgamentos 14

Mais de 100 juízes promovidos 15

Concurso público para cartórios do Estado é homologado 16

Tribunal de Justiça do Ceará instala Comissão Socioambiental 17

TJCE cria Coordenadoria Estadual da Mulher 18

Processos envolvendo menores ganham tramitação mais rápida 19

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Visita às comarcas do Interior são intensificadas 20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ações da Secad reduzem custos e melhoram atendimento 24

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Sejud redistribui mais de 50 mil processos em 11 meses 26

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TJCE recebe peticionamento eletrônico 27

SECRETARIA DE FINANÇAS

Sefin implantará selo digital 28

VICE-PRESIDÊNCIA

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido analisa 1.054 recursos e profere mais de mil despachos 13

SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Seplag gerencia projetos estratégicos 22

ASSESSORIA INSTITUCIONAL

Editora é oficializada e publica Código de Organização Judiciária 29

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A prioridade é a valorização dos servidores 30

FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

Juízes e servidores ressaltam vantagens do SAJ 32

Grupo de juízes julga média de mais de 500 ações por mês 34

"Sexta em Dia" atualiza dados das Varas Criminais de Fortaleza 35

Unidades judiciárias criam programas para solucionar processos 36

Varas alcançam objetivos propostos pelo CNJ 38

NÚCLEO DE MEDIAÇÃO

Núcleo para solucionar conflitos é instituído pela Justiça estadual 44

OUVIDORIA

Ouvidoria do TJCE recebe mais de 3.400 manifestações da sociedade 45

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

CIJ promove II Encontro da Infância e da Juventude 46

CEJAI

Comissão julga procedente dois pedidos de habilitação 47

CONCILIAÇÃO

Central incentiva formas pacíficas de solução de conflitos 39

AUDITORIA ADM. DE CONTROLE INTERNO

Tribunal promove palestras sobre controle na administração pública 40

ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Setor organiza mais de 67 eventos 41

COMISSÃO DE SEGURANÇA

Ações garantem proteção de magistrados 42

ESMEC

Escola oferece cursos para magistrados e servidores 48

TURMAS RECURSAIS

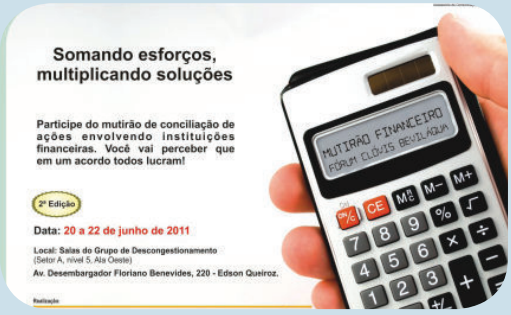
Cresce número de julgamentos 50

JUIZADOS ESPECIAIS

JECCs julgam mais de 56 mil processos 51

JUIZADO MÓVEL

15 anos com atuação expressiva 52



COMUNICAÇÃO

Assessoria produz 1.943 matérias e cria 16 campanhas institucionais 53

AÇÕES VALORIZAM SERVIDOR E AGILIZAM TRÂMITE PROCESSUAL

À frente da Presidência do Judiciário estadual desde o dia 28 de janeiro de 2011, o desembargador José Arísio Lopes da Costa vem trabalhando para aperfeiçoar cada vez mais os serviços prestados à sociedade. A atual gestão prima pela participação, valorização e aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

Na posse, pediu união entre todos e assegurou fazer uma administração "consciente e segura". Segundo o desembargador, "o Poder Judiciário vem mudando a sua face, de modo a exigir do magistrado uma conduta crítica e constante do seu saber e postura. Essa nova face do Poder Judiciário implica reconhecer a humanidade do juiz, a superioridade da Constituição da República e do princípio da dignidade humana como matriz genética dos direitos fundamentais".

ORGÃO ESPECIAL

Uma das medidas já cumpridas foi a criação, em 5 de maio de 2011, do Órgão Especial, instalado no dia 20 de junho. Nessa mesma data, foram empossados os 19 integrantes para o biênio 2011-2013. O objetivo foi trazer maior celeridade ao cumprimento de algumas atribuições e competências até então reservadas ao Tribunal Pleno.

Ao Órgão Especial compete julgar processos administrativos e judiciais, como ações diretas de inconstitucionalidade, homologação de concursos públicos para provimento de cargos no Judiciário e a escolha de juízes para as Turmas Recursais. São atribuições, também, julgar o vice-governador do Estado, deputados, juízes estaduais e membros do Ministério Público, entre outros. Tem ainda a função de deliberar sobre as propostas orçamentárias do Judiciário e sobre a promoção e remoção de magistrados.

O Pleno continua com a responsabilidade de eleger o presidente, o vice-presidente e o corregedor geral da Justiça, além de aprovar regimentos internos e organizar listas tríplices para acesso ao Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), entre outras.

A implantação do Órgão Especial foi necessária devido ao aumento da composição do Tribunal, que passou de 27 para 43 desembargadores, previsto na lei estadual nº 14.407, de julho de 2009.

Em discurso durante a solenidade de posse, em 28 de janeiro de 2011

"Não farei promessas em vão. Não assumirei compromisso sem a perspectiva de que possa cumpri-lo. Modéstia que caracteriza minha personalidade assegura apenas que envidarei todos os esforços possíveis para realizar uma administração consciente e segura"

Des. José Arísio Lopes
presidente do Tribunal

NÚCLEO DE MEDIAÇÃO

Outra iniciativa defendida pelo presidente do TJCE e também já em prática é a incorporação de "mecanismos alternativos de solução de conflitos, como a mediação e a conciliação". Para efetivar a cultura do acordo, foi criado em março deste ano o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, conforme o Provimento nº 03/2011.

GERENCIAMENTO DE ACERVO PROCESSUAL

Por meio do Provimento nº 27/2011, o Gabinete da Presidência instituiu o Grupo Gestor do Acervo de Processos Judiciais. A principal finalidade é adotar ações que contribuam para o alcance das metas propostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referentes a 2009 e 2010.

O Grupo Gestor tem, entre outras atribuições, a responsabilidade de gerenciar o acervo de processos, fornecer estatísticas judiciais dos sistemas de informática e auxiliar os usuários nas devidas correções. A Secretaria Judiciária supervisiona as atividades no 2º Grau. Na 1ª Instância, essa tarefa é da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará.

NÚCLEO DE DIGITALIZAÇÃO

Outra ação que visa ao aperfeiçoamento da Justiça foi a implantação do Núcleo de Digitalização de Processos de Competência do Órgão Especial. O setor é

vinculado à Secretaria Geral e operacionalizado junto à Secretaria Judiciária, com apoio técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Segundo a Portaria nº 767/2011, o acervo será distribuído, de forma equitativa, entre os integrantes do Órgão, à exceção do presidente, vice-presidente e corregedora geral da Justiça.

JORNADA DE 40 HORAS SEMANAIS

O aumento da jornada semanal de trabalho, para 40 horas, está previsto na Mensagem nº 04/2011, aprovada pelo Pleno do TJCE em 14 de abril de 2011. A atual jornada dos servidores do Judiciário cearense é de 30 horas por semana. Segundo a mensagem, o aumento dos vencimentos atende aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Se aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, será transformada em lei.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2012

Em 28 de julho deste ano, o Órgão Especial aprovou a proposta orçamentária do Judiciário para 2012. O documento foi enviado, no dia seguinte, para apreciação da Assembleia. A matéria reúne projetos e iniciativas que objetivam ampliar a capacidade da prestação de serviços aos jurisdicionados, como o ingresso de novos magistrados e a nomeação de aprovados no concurso público realizado em 2008.

Também inclui a implantação da carga de 40 horas semanais, contempla a Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) e a Gratificação de Estímulo à Interiorização (GEI) e eliminação das distorções vencimentais existentes entre os servidores da Capital e do Interior, em observância ao princípio constitucional da isonomia. A elaboração da proposta orçamentária foi o resultado de deliberações da Comissão Participativa do Orçamento e do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, que contou com representantes da Associação Cearense de Magistrado (ACM) e do Sindicato dos Servidores.

ENCONTRO NA ASSEMBLEIA

O presidente do Tribunal, a corregedora geral da Justiça, desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, e mais 24 desembargadores estiveram, em 23 de março, na Assembleia Legislativa do Estado. O encontro teve o objetivo de estreitar, ainda mais, as relações institucionais entre os Poderes Judiciário e Legislativo, além de discutir pauta de comum interesse. Eles foram recebidos pelo presidente da Casa, deputado Roberto Cláudio, e um grupo de parlamentares.

O desembargador José Arísio e a corregedora geral foram acompanhados dos magistrados João Byron de Figueirêdo Frota, Ademar Mendes Bezerra, Francisco Sales Neto, José Mário Dos Martins Coelho, Antônio Abelardo Benevides Moraes, Francisco Lincoln Araújo e Silva, Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Francisco Pedrosa Teixeira, Francisco Suenon Bastos Mota, Clécio Aguiar de Magalhães, Francisco Barbosa Filho, Paulo Camelo Timbó, Emanuel Leite Albuquerque, Manoel

Chefia de Gabinete da Presidência

Equipe de apoio à Presidência do TJCE

Cefas Fonteles Tomaz, Francisco Paulo Banhos Ponte, Durval Aires Filho, Francisco Gladyson Pontes, Francisco Bezerra Cavalcante, Washington Luís Bezerra Araújo e Carlos Alberto Mendes Forte. Também presentes as desembargadoras Maria Iracema Martins do Vale, Vera Lúcia Correia Lima, Sérgia Maria Mendonça Miranda e Francisca Adelineide Viana.

40 ANOS DE MAGISTRATURA

Em agosto deste ano, o desembargador José Arísio Lopes da Costa completou 40 anos de serviços prestados à magistratura. Na ocasião, além dessa data especial, comemorou os primeiros resultados à frente da Presidência do Tribunal. Além das ações citadas, reformulou o processo eletrônico (substituição do papel por ferramenta virtual) e vem atendendo às reivindicações dos servidores.

Desde o início da carreira, em 25 de agosto de 1971, quando foi nomeado juiz substituto de Ipaumirim, o desembargador é conhecido pela firmeza e humildade e se tornou exemplo para a família, amigos e operadores do Direito.

Atuou quase dez anos no Interior do Ceará e, em dezembro de 1979, foi nomeado juiz auxiliar da Capital. Assumiu a 2ª Vara do Júri, 4ª Vara Criminal, 1ª Vara Cível e 2ª Vara de Falências e Concordatas. Além disso, foi juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

Foi ainda juiz eleitoral da 1ª Zona de Fortaleza, exerceu as funções de juiz coordenador da Propaganda Eleitoral (1996). A partir de 1996, tornou-se efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE). Em outubro de 2000 ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará, ocupando o cargo de vice-presidente da instituição (2009/2011).

REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA

Desde o início da gestão do desembargador José Arísio Lopes da Costa foram lançados três volumes da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

O quarto volume, o de número 40, deverá circular no final do mês de dezembro de 2011. Na área cível, apresenta decisões sobre apelação, agravo de instrumento e mandado de segurança. Na esfera criminal, a revista publica decisões sobre apelação criminal, revisão criminal e habeas corpus.

A juíza Marlúcia de Araújo Bezerra, titular da 17ª Vara Criminal do Fórum Clóvis Beviláqua, assina trabalho doutrinário sobre "Impacto da Lei nº 12.403/2011 nos Procedimentos Liberatório das Varas Criminais de Fortaleza".

A Comissão de Jurisprudência e Biblioteca do TJCE, responsável pela publicação, é presidida pela desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes. A desembargadora Vera Lúcia Correia Lima e o desembargador Manoel Cefas Fonteles Tomaz também integram a Comissão, tendo como secretário Francisco Hudson Pereira Rodrigues.

Presidente, vice e corregedora-geral durante inauguração

SETOR É REESTRUTURADO PARA AGILIZAR PAGAMENTOS

Entre as prioridades do desembargador José Arísio Lopes da Costa à frente do Judiciário estadual estava a reestruturação do Serviço de Precatórios. O objetivo foi retomar o pagamento dos débitos, que estava parado há quase três anos, e dar maior efetividade ao setor.

Para isso, foram adotadas diversas providências, entre elas se destacam o disciplinamento do repasse dos valores e requisições de pequeno valor, por meio da Resolução nº 10/2011, realização de estudos e regularização das dívidas do Estado do Ceará, municípios e autarquias devedoras. Também foi criado Comitê Gestor das Contas Especiais, formado por um juiz indicado pelos Tribunais com jurisdição no Ceará (Justiça, Trabalho e Regional Federal) e assinado convênio com os respectivos Tribunais para que cada instituição gerencie sua lista de precatórios.

Além disso, o setor passou a funcionar dentro da Consultoria Jurídica, ganhando instalações mais amplas e implemento qualitativo de servidores. O grupo é coordenado pelo juiz auxiliar da Presidência, Francisco Eduardo Fontenele Batista, titular do Comitê Gestor das Contas Especiais de Precatórios, e pela consultora jurídica do TJCE, Chrystianne dos Santos Sobral.

Foram abertas novas Contas Especiais para receber os depósitos dos devedores, assim como estão em andamento estudos para a digitalização do processo de precatórios com utilização de malote digital para comunicação com os juízes da condenação, entre outras providências.

INAUGURAÇÃO

A inauguração ocorreu no dia 23 de novembro de 2011. Na solenidade foram entregues os 13 primeiros alvarás de pagamento prioritário às partes que comprovaram problemas graves de saúde.

Na ocasião, o presidente do Tribunal destacou a importância da iniciativa para quem está esperando pelo recebimento da quantia. “É um marco para a nossa administração porque o serviço vai tirar da aflição muitas pessoas que estão precisando desse dinheiro”.

O vice-presidente da instituição, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, assegurou que o trabalho “é um sinal de que o Poder Judiciário está preocupado com as pessoas que litigam contra o Estado”.

O advogado Paulo Teles, que trabalha com precatórios há 40 anos, parabenizou o TJCE pela retomada dos pagamento. O especialista estava representando duas partes, uma vítima de acidente

vascular cerebral e outra de câncer na bexiga.

Também compareceram à inauguração a corregedora geral da Justiça, desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, e o desembargador Clécio Aguiar de Magalhães, além de secretários, juízes, advogados e servidores.

IDOSOS

Depois de encerrar o pagamento de precatórios prioritários por doença, o Tribunal cearense iniciou, no dia 5 de dezembro, o repasse preferencial por idade. Inicialmente, 274 pessoas que têm acima de 60 anos receberam os valores. Elas sacaram o dinheiro nas agências do Banco do Nordeste.

A juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas, presente à sessão de pagamentos, afirmou que "esse momento é um marco na administração do desembargador José Arísio e será também um legado muito valioso para os futuros presidentes do Tribunal. Eles receberão um setor bem estruturado, com servidores efetivos e treinados com o apoio da Corregedoria".

Compareceram, ainda, à solenidade os desembargadores Francisco Auricélio Pontes, Maria Nailde Pinheiro Nogueira e a corregedora geral da Justiça, Edite Bringel Olinda Alencar, além do diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz José Krentel Ferreira Filho.

As listagens de pagamento ficam disponíveis no endereço eletrônico (http://www.tjce.jus.br/servicos/servico_precatorio.asp). Caso algum credor não tenha figurado na relação, poderá requerer a inclusão na próxima lista. É preciso comprovar que tem preferência, conforme a Constituição Federal,

Portadores de doenças graves e maiores de 60 anos têm direito a receber uma parcela do precatório sobre os demais

Presidente entrega alvarás de pagamento de precatórios

dizendo que é portador de doença grave ou que tem acima de 60 anos. A prioridade só será concedida uma única vez por credor junto ao processo.

RESOLUÇÃO

De acordo com a Resolução nº 10/2011, o pagamento será feito conforme a ordem cronológica de entrada do precatório no Tribunal, mas portadores de doenças graves e maiores de 60 anos têm direito a receber uma parcela do precatório sobre os demais.

A atualização dos valores a serem pagos, a publicação da relação dos credores e os tipos de doenças consideradas graves também foram definidos no documento, aprovada pelo Órgão Especial e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 7 de novembro. O dispositivo adequou o funcionamento do setor de precatórios da Justiça cearense à Emenda Constitucional nº 62/2009 e à Resolução nº 115 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

SISTEMA INFORMATIZADO

Outra medida foi a adoção de sistema informatizado que traz maior agilidade na atualização dos valores e da ordem cronológica de pagamento dos débitos. A ferramenta foi cedida, gratuitamente, pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). O convênio foi assinado, no dia 7 de novembro, pelos desembargadores José Trindade dos Santos e José Arísio Lopes, presidentes do TJSC e TJCE, respectivamente.

Segundo o juiz Francisco Eduardo Fontenele com esse programa o procedimento ficará mais claro, transparente e objetivo. Outra mudança diz respeito à instalação de uma máquina, que permite às partes protocolar ofícios e petições diretamente no próprio setor, simplificando as rotinas de trabalho.

APOIO DO CNJ

Para a reformulação do serviço, o TJCE solicitou auxílio do CNJ, que disciplinou, por meio da Resolução nº 115, a forma para efetuar, com transparência, o pagamento dos precatórios. O Ceará foi o sexto Estado a solicitar o apoio da Corregedoria para modernizar o serviço. Os outros foram Pernambuco, Piauí, Alagoas, Tocantis e Mato Grosso.

REUNIÃO COM DEVEDORES

O juiz Francisco Eduardo Fontenele, Chrystianne dos Santos Sobral e a juíza da Corregedoria Nacional de Justiça, Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas, estiveram reunidos, em 9 de novembro, com representantes de entes devedores, entre eles prefeitos e procuradores de municípios. A finalidade foi esclarecer sobre a resolução do CNJ referente ao pagamento de precatórios.

Durante o encontro, na Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, foi discutida a adequação dos devedores ao regime especial de pagamento de precatórios, instituído por meio da Emenda Constitucional nº 62/2009. A norma estabeleceu duas formas para que estados e municípios quitem os débitos.

O QUE É PRECATÓRIO

É a requisição de pagamento de valores a que for condenada a Fazenda Pública das três esferas da administração (municipal, estadual ou Federal), relativa a débito, cujo valor individualizado por beneficiário seja superior a 60 salários mínimos. A dívida deve ser incluída no orçamento das entidades de Direito público, para pagamento ao longo do exercício seguinte.

Sessão de pagamentos de precatórios ocorreu no TJCE

Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido e equipe de assessores

MAIS DE MIL RECURSOS ANALISADOS

O Gabinete da Vice-presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) vem empreendendo ritmo acelerado na análise de recursos especiais e extraordinários, além de despachos e decisões diversas. Até novembro de 2011, 1.054 exames de mérito foram apreciados pelo desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, vice-presidente.

No período foram admitidos 47 recursos especiais (enviados ao Superior Tribunal de Justiça - STJ) e quatro extraordinários (remetidos ao Supremo Tribunal Federal - STF). No mesmo intervalo, 291 recursos foram sobrestados. Além da análise de admissibilidade, o vice-presidente proferiu 1.451 despachos e decisões diversas.

O trabalho desenvolvido pela Vice-presidência ganhou outras atribuições na atual administração do Judiciário estadual. O presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa, delegou, por meio da Portaria nº 358/2011, as competências do vice.

Conforme o documento, compete ao vice-presidente proceder à distribuição dos processos ao Tribunal Pleno, às Câmaras Isoladas e Reunidas, bem como ao Conselho da Magistratura. Também tem a atribuição de "mandar cumprir as decisões e acórdãos dos Tribunais Superiores" e "compartir com o presidente o juízo de admissibilidade dos recursos especiais, extraordinários e ordinários constitucionais".

CONCURSO PARA JUIZ

O desembargador Luiz Gerado de Pontes Brígido está à frente da Comissão Examinadora do concurso público para o cargo de juiz substituto do Judiciário cearense. A Comissão é composta ainda pelos desembargadores Antônio Abelardo Benevides Moraes e Francisco Lincoln Araújo e Silva, além do advogado José Júlio da Ponte Neto, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Ceará (OAB/CE). Os suplentes são os desembargadores Maria Nailde Pinheiro Nogueira e Francisco Suenon Bastos Mota e a advogada Andréa Nogueira Sales Graça.

O edital do certame foi publicado no dia 28 de novembro de 2011, no Diário da Justiça Eletrônico. Das 25 vagas, 5% são reservadas para postadores de deficiência. Além disso, será formado cadastro de reserva.

As inscrições preliminares poderão ser feitas entre 10h de 13 de dezembro deste ano e 23h59 de 13 de janeiro de 2012, considerando o horário de Brasília, somente pelo site do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB), entidade responsável pelo certame. O endereço eletrônico da instituição é www.cespe.unb.br.

O certame terá cinco fases, a primeira será uma prova objetiva seletiva, de caráter eliminatório e classificatório, além de duas provas escritas. A etapa seguinte compreenderá inscrição definitiva e sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico.

A quarta fase será uma prova oral, de caráter eliminatório e classificatório. A última fase do certame envolverá avaliação de títulos, de caráter classificatório. Além disso, os candidatos que se declararem portadores de deficiências passarão por perícia médica. Todas as etapas ocorrerão em Fortaleza.

Um dos pontos que serão analisados com maior critério diz respeito a vida anterior dos candidatos. "Vamos exigir rigor em relação a esse item", disse o magistrado.

JULGAMENTO DE PROCESSOS É AGILIZADO

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) aprovou, em maio de 2011, a criação do Órgão Especial. A implantação decorreu do aumento do número de desembargadores, que passou de 27 para 43. As novas vagas foram instituídas por meio da lei estadual nº 14.407, de julho de 2009.

O objetivo é dar maior celeridade ao cumprimento de algumas atribuições antes reservadas ao Pleno. Ao Órgão Especial compete julgar ações diretas de inconstitucionalidade e homologar concursos públicos para provimento de cargos no Judiciário, por exemplo.

COMPETÊNCIAS

Outra competência do Pleno que passou a ser do Órgão diz respeito à deliberação das propostas orçamentárias do Poder Judiciário, além da promoção e remoção de magistrados. Ao Pleno ainda compete eleger o presidente, o vice-presidente e o corregedor geral da Justiça, assim como aprovar Regimentos Internos e organizar listas tríplices para acesso ao Tribunal.

A instalação do Órgão e a posse dos integrantes ocorreu em 20 de junho de 2011, no Plenário Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória, no Cambeba. Além do presidente da Corte, desembargador José Arísio Lopes da Costa, do vice-presidente do Tribunal, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, e da corregedora geral da Justiça, desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, fazem parte os desembargadores Rômulo Moreira de Deus, João Byron de Figueirêdo Frota, Ademar Mendes Bezerra e José Mário Dos Martins Coelho.

Os desembargadores Francisco de Assis Filgueira Mendes, Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Emanuel Leite Albuquerque, Francisco Sales Neto, Clécio Aguiar de Magalhães, Francisco Suenon Bastos Mota e Francisco Auricélio Pontes também integram o Órgão Especial.

Nas vagas destinadas ao quinto constitucional ingressaram os desembargadores Ernani Barreira Porto e Fernando Luiz Ximenes Rocha, Maria Iracema Martins do Vale e Francisco Lincoln Araújo e Silva.

Desembargadores do Órgão Especial durante solenidade de posse

172 juízes foram beneficiados com promoções e remoções

MAIS DE 100 JUÍZES PROMOVIDOS

De março a novembro de 2011, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) removeu 70 juízes e promoveu 102 magistrados para comarcas da Capital e Interior. As remoções e promoções, antes de competência do Pleno, passaram a ser responsabilidade do Órgão Especial.

As promoções se deram por merecimento e antiguidade. No primeiro critério, foram observados aspectos como desempenho, produtividade, presteza e aperfeiçoamento técnico, além da adequação do juiz ao Código de Ética da Magistratura Nacional.

O voto dos desembargadores se deu de forma nominal, aberta e fundamentada, conforme determina a Resolução nº 106/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e a Resolução nº 8/2010, do TJCE. As sessões foram públicas.

REESTRUTURAÇÃO

As remoções e promoções fazem parte do Projeto de Reestruturação e Modernização do Poder Judiciário estadual, viabilizado pela lei nº 14.407, de 15 de julho de 2009, que alterou o Código de Divisão e Organização Judiciária do Ceará. Essa norma criou 16 vagas para desembargador, elevando o número de assentos na Corte de 2º Grau de 27 para 43.

Além disso, criou 52 cargos de juiz de Direito para a Entrância Final, distribuídos da seguinte forma: Fortaleza (40), Caucaia (5), Juazeiro do Norte (2), Maracanaú (3) e Sobral (2). A Entrância Intermediária foi beneficiada com 17 cargos e a Inicial ganhou 10. Também foram criadas vagas para juiz de Direito auxiliar: 16 para a Final e 10 para a Intermediária.

As remoções e promoções, antes de competência do Pleno, passaram a ser responsabilidade do Órgão Especial

Comissão Examinadora discute detalhes do certame

CONCURSO PÚBLICO PARA CARTÓRIOS DO ESTADO É HOMOLOGADO

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) homologou, no dia 27 de outubro de 2011, o resultado do concurso público para cartórios do Estado. O ato foi conduzido pelo presidente da Corte, desembargador José Arísio Lopes da Costa, durante sessão do Órgão Especial.

O resultado havia sido divulgado pela Comissão Examinadora no dia 26 de agosto, mas dependia da homologação do Órgão para ter validade. O certame foi organizado pelo Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (Ieses) e compreendeu quatro fases: objetiva, prática, oral e títulos, conforme edital nº 01/2010.

Ao todo, foram aprovados 166 candidatos, que serão empossados pela Corregedoria Geral da Justiça do Ceará. Segundo a presidente da Comissão Examinadora, desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda, o concurso obedeceu aos princípios constitucionais, como o da transparência, além de ter cumprido todas as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

TITULARIDADE

Os candidatos aprovados no concurso assinaram termo de investidura na titularidade da atividade cartorária no dia 29 de novembro. A solenidade foi presidida pela corregedora geral da Justiça do Estado, desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar.

No mês de outubro, eles participaram de audiência pública e puderam escolher as serventias extrajudiciais em que atuarão. Durante a sessão, a desembargadora Sérgia Miranda ressaltou a clareza e a seriedade que pautaram as fases do certame.

"Procuramos fazer o concurso sempre em conjunto com o CNJ. A seleção serviu de paradigma para o país", afirmou. A magistrada enalteceu ainda o trabalho do Ieses e agradeceu ao empenho de toda a Comissão Examinadora.

A equipe foi formada pelos juízes José Krentel Ferreira Filho, diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, Carlos Henrique Oliveira e Yuri Cavalcante Magalhães; oficial de registros Gustavo Linhares Beuttenmuller Neto; promotora de Justiça Maria do Socorro da Costa Brilhante; advogado Paolo Giorgio Quezado Gurgel; tabelião José Evandro Melo Júnior e pelos assessores Luciano Menezes Pereira, Emília Abelém Ribeiro da Silva e Luciano Bezerra Furtado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ INSTALA **COMISSÃO SOCIOAMBIENTAL**

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) instalou, em novembro deste ano, a Comissão de Responsabilidade Socioambiental. A solenidade ocorreu no Gabinete do desembargador Carlos Alberto Mendes Forte, supervisor dos trabalhos.

A equipe tem o objetivo de planejar, implementar, coordenar e divulgar ações relacionadas ao contexto socioambiental, no âmbito da Justiça cearense. A medida considera recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A secretária de Administração do TJCE, Jordete Oliveira, é a coordenadora. Também fazem parte os servidores Edson Donato, Waleska Feitosa, Lívia Rolim, Miguel Gonçalves e Ricardo Almeida (Tribunal de Justiça); Isabela Barbosa e Gleicivan Rodrigues (Fórum Clóvis Beviláqua); Conceição Linhares (Assessoria Institucional) e Rosângela Melo (Escola Superior da Magistratura do Ceará – Esmec).

Os integrantes foram designados por meio da Portaria nº 1.617, assinada pelo presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa. A Comissão foi instituída pelo Provimento nº 28, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 21 de outubro deste ano.

AÇÕES

Durante a solenidade de instalação, foram aprovadas as metas que deverão ser validadas pelo Órgão Especial do TJCE. A equipe também discutiu questões administrativas e os rumos de trabalho. As reuniões do grupo ocorrerão quinzenalmente, sempre às quartas-feiras.

Em relação aos projetos, o desembargador Carlos Alberto Forte disse que, no primeiro momento, será feita a divulgação das ações que já estão em prática no âmbito do Judiciário, como o programa de eficiência energética do Fórum. O projeto está em fase de finalização e consiste na substituição da infraestrutura elétrica e de equipamentos da central de água gelada do sistema de refrigeração, que já se encontra em pleno funcionamento.

As luminárias, por sua vez, estão sendo substituídas por outras mais eficientes e econômicas. A mesma iniciativa está em andamento no Tribunal, onde as lâmpadas também estão sendo trocadas. Além disso, foram modernizados os elevadores existentes, tornando-os mais econômicos.

Grupo analisa projetos e ações

TJCE CRIA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) criou, em outubro deste ano, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. A medida atende à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com a Resolução nº 08/2011, a Coordenadoria será vinculada à Presidência do TJCE e tem competência para gerir "políticas, ações e mecanismos de atendimento à mulher no combate e prevenção à violência doméstica e familiar, no âmbito do Poder Judiciário estadual". O setor atuará em conjunto com Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Ceará (OAB/CE).

A magistrada Rosa Mendonça, titular do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza, destacou a iniciativa. "A Coordenadoria será um canal de comunicação entre a Justiça e as vítimas de violência, pois além da celeridade processual, irá desenvolver campanhas de prevenção, esclarecendo as mulheres sobre seus direitos".

ATRIBUIÇÕES

- Elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário estadual no combate e prevenção a esse tipo de agressão.
- Dar suporte aos magistrados, servidores e equipes multiprofissionais.
- Colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores no combate e prevenção.
- Aperfeiçoar as rotinas de trabalho dos Juizados que atuam nessa área.

Juíza Rosa Mendonça fará parte da equipe

Resolução foi aprovada por unanimidade

PROCESSOS ENVOLVENDO MENORES GANHAM TRAMITAÇÃO MAIS RÁPIDA

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) aprovou, em julho de 2011, a Resolução nº 01, que estabelece a prioridade na tramitação de processos envolvendo crianças e adolescentes. De acordo com o documento, as ações judiciais e administrativas que têm menores de idade como partes passam a ser priorizadas, em especial aquelas que tratam de crimes sexuais.

As ações físicas (em papel) recebem, na capa, adesivo específico. Já os feitos digitais contam com sinal que alerta, na tela do computador do usuário, a condição prioritária.

O sistema de aviso será desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE. A resolução, aprovada por unanimidade pelos membros do Órgão Especial, busca atender ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Considera ainda recomendação do Senado Federal, que instalou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar crimes de pedofilia.

As ações judiciais e administrativas que têm menores de idade como partes passam a ser priorizadas, em especial aquelas que tratam de crimes sexuais

Magistrados devem encaminhar estatísticas à Corregedoria Geral até o quinto dia de cada mês

VISITAS ÀS COMARCAS DO INTERIOR SÃO INTENSIFICADAS

A corregedora-geral da Justiça do Ceará, desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, tem intensificado os trabalhos de correição e inspeção nas comarcas. No dia 21 de novembro deste ano, a magistrada esteve em Iguatu para a abertura das atividades na região.

Durante encontro com juízes, recomendou maior empenho no cumprimento das cartas precatórias e ressaltou a importância do envio das estatísticas mensais, à Corregedoria, até o quinto dia de cada mês. A Comarca de Quixadá também recebeu a visita da corregedora, em 24 de outubro. Crato, Sobral, Crateús, Camocim, Ubajara e Aracati também serão vistoriadas.

PAPEL DE SEGURANÇA

Além disso, Edite Bringel alertou aos cartorários sobre a utilização do papel de segurança padronizado para as certidões de registro civil. O material será obrigatório a partir de janeiro de 2012, em todo o território nacional. A orientação é do CNJ e o papel é fornecido, gratuitamente, aos cartórios pela Casa da Moeda do Brasil.

SISTEMA INTERLIGADO

Durante as visitas, a corregedora também tem tratado sobre o Provimento n° 13 do CNJ, que dispõe sobre a emissão de certidão eletrônica de nascimento. O principal objetivo é que o documento seja fornecido ainda nos estabelecimentos de saúde, que realizam partos, por meio de sistema virtual, interligado às serventias de registro civil que aderiram ao sistema. Com a iniciativa, a criança já sai do local onde nasceu com o registro.

A desembargadora determinou o envio de ofícios a todos os juízes do Ceará para que informem quais os cartórios de registro civil se encontram informatizados,

quais não trabalham com sistema eletrônico e aquele que já dispõem do papel de segurança, bem como a quantidade em estoque e a respectiva numeração.

INSPEÇÕES

Ao longo de 2011, foram realizadas 122 inspeções pelos juízes corregedores auxiliares Antônio Pádua Silva, José Tarcílio Souza da Silva e Francisco Jaime Medeiros Neto, sob a supervisão da corregedora-geral. Durante os trabalhos, os auditores da Corregedoria, Cláudia Nadir Medeiros e Araken Sedrim, examinam a regularidade e formalidade dos atos informados pelas serventias ao Fundo de Reaparelhamento de Modernização do Poder Judiciário (Fermoju).

Também verificam os livros de registro, a fim de saber se estão em conformidade com o Provimento nº 03/2010, que trata sobre a consolidação das normas notariais e registrais. Eles analisam ainda a infraestrutura da serventia e documentação do titular e dos escreventes, entre outros.

CORREIÇÕES

A Corregedoria também realizou 34 correições nas comarcas do Interior. Durante as atividades, os juízes verificam os processos em tramitação, a regulamentação da prestação jurisdicional e o funcionamento administrativo dos Fóruns.

A correição e a inspeção são medidas obrigatórias previstas no Código de Organização Judiciária do Ceará e consta no Regimento Interno da Corregedoria.

A CORREGEDORA

Edite Bringel assumiu como corregedora-geral no dia 31 de janeiro de 2011. A solenidade foi conduzida pelo desembargador José Arísio Lopes da Costa, chefe do Poder Judiciário cearense. "Sei que a tarefa é árdua a exigir de toda a magistratura esforço contínuo, atualização permanente, compartilhamento, cooperação e muito trabalho", ressaltou a desembargadora.

Ela foi eleita para a função, juntamente com o presidente e o vice do TJCE, desembargadores José Arísio Lopes e Luiz Gerardo de Pontes Brígido, respectivamente, em dezembro de 2010. A eleição foi por aclamação, quando todos os eleitores (desembargadores), por unanimidade, proclamam um dos candidatos sem a formalidade de votação.

A desembargadora Edite Bringel nasceu em 14 de fevereiro, em Saboeiro, distante 463 km de Fortaleza. É formada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem Especialização em Direito Público pela mesma instituição. É a primeira Ouvidora do Poder Judiciário do Ceará.

Juíza, nomeada pelo governador Plácido Aderaldo Castelo (1970), recebeu o título de Cidadã de Fortaleza, em 6 de dezembro de 2004. Desembargadora do Tribunal desde 2004, foi a primeira mulher a ingressar na Corte de Justiça pelo critério de merecimento.

Desembargadora Edite Bringel planeja visita às comarcas

Secretaria Especial de Planejamento incentiva cumprimento de metas

SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO GERENCIA PROJETOS ESTRATÉGICOS

Criada em 22 de dezembro de 2010 pela Lei nº 14.816/2010, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) tem como principal objetivo buscar o alinhamento das ações desenvolvidas pela Justiça cearense com a missão, visão e valores institucionais.

Assumindo a responsabilidade de coordenar as atividades pertinentes ao cumprimento do Plano Estratégico (2010-2014) do Judiciário estadual, à otimização organizacional e ao gerenciamento de dados estratégicos, a Seplag funciona com três departamentos específicos: de Estratégia e Projetos – DEPRO, de Otimização Organizacional – DEORG e de Informações Gerenciais – DINGER.

Ao longo de 2011, a Secretaria, sob a gestão de Ana Katarina Fonteles Soares, esteve à frente, ainda, das iniciativas para o cumprimento das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da elaboração de estudos que culminaram na criação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará, por meio do Assento Regimental nº 36, bem assim na implantação da Gratificação por Alcance de Metas (GAM). Os trabalhos foram intensos, e os resultados vêm se mostrando satisfatórios.

METAS

A Seplag tem capitaneado diversas ações com o objetivo de cumprir as metas do Judiciário nacional estabelecidas pelo CNJ. Os resultados obtidos já refletem melhoria no desempenho da Justiça cearense no ano de 2011.

As metas 1 e 2 de 2011, que tratam, respectivamente, da criação de uma unidade de gerenciamento de projetos e da adoção de sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária do 1º Grau, foram, ambas, alcançadas.

Para a consecução da meta 4/2011, foi instituído, através da Resolução nº 05/2011, o Programa "Justiça e Cidadania", que se propõe a estabelecer um canal de comunicação entre o Judiciário cearense e a sociedade, por meio de palestras, encontros, debates e visitas guiadas de estudantes ao TJCE. Além disso, está em vias de conclusão a cartilha "Conhecendo o Judiciário", que será distribuída em bibliotecas, escolas e comunidades.

Com relação às metas prioritárias de 2010, que também continuam sendo acompanhadas pelo CNJ, oportuno observar que, em 2011, foram intensificados os trabalhos objetivando o alcance daquelas ainda não cumpridas pelo TJCE.

Para fomentar o cumprimento da meta 4/2010 (lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento), restou aprovado o Assento Regimental nº 40, de 21 de setembro de 2011, que alterou os artigos 90 e 205 do Regimento Interno do TJCE, adequando o prazo de publicação dos acórdãos para 10 dias, nos termos preceituados pela aludida meta. Ademais, a Seplag, em parceria com a Secretaria Judiciária, tem efetuado rotina de acompanhamento dos processos junto às Secretarias das Câmaras, Gabinetes e Serviços de Recursos, visando à disponibilização dos acórdãos no prazo estipulado. Como resultado, em novembro último, o TJCE alcançou o percentual de 98,82% de cumprimento da citada meta.

A implantação de métodos de gerenciamento de rotinas em, pelo menos, 50% das unidades de 1º Grau (meta 5) também está sendo efetivada. O Manual de Rotinas do Procedimento Cível Comum Ordinário, elaborado pelo Grupo Gestor para cumprimento da meta 5 de 2010, que conta com a participação da Seplag, foi aprovado na sessão do Órgão Especial do dia 15 de dezembro de 2011. O documento foi resultado de oficinas que contaram com a ampla participação de juízes e

diretores de Secretaria das Varas Cíveis da Capital e do Interior.

Quanto à meta 7/2010, foi realizado trabalho de divulgação e padronização das rotinas junto aos gabinetes dos desembargadores, como forma de otimizar a extração mensal de suas produtividades e a publicação tempestiva no Portal do Tribunal (www.tjce.jus.br), providências que resultaram no cumprimento da meta em agosto deste ano.

A Secretaria também está promovendo, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec), cursos de Administração Judiciária a distância, que têm como objetivo disseminar conhecimentos sobre estratégias gerenciais. Trata-se de ação alinhada à Meta nº 8/2010, que recomenda a promoção de cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino a distância. Atualmente, 106 magistrados já estão matriculados, e a conclusão dos cursos está prevista para janeiro de 2012.

ÓRGÃO ESPECIAL

A Secretaria Especial de Planejamento e Gestão participou da elaboração do Assento Regimental nº 36, de 05 de maio de 2011, que criou, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o Órgão Especial, cuja finalidade precípua reside em conferir celeridade ao exercício de certas atribuições e competências até então reservadas ao Tribunal Pleno. Tal iniciativa está alinhada ao objetivo estratégico de assegurar prestação jurisdicional célere e efetiva, previsto no Plano Estratégico 2010-2014 do Judiciário cearense.

GAM

A Seplag participou ativamente do processo de implementação da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM), coordenando a Comissão Intersetorial de Estudos para Regulamentação da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM). Dentre os trabalhos desenvolvidos pela referida Comissão, foram elaboradas as regras para avaliação de desempenho setorial, assim como levantados todos os indicadores e metas setoriais a serem perseguidas pelas unidades judiciárias e administrativas deste Poder Judiciário.

É de se destacar, acerca do tema, que a Seplag também irá coordenar, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Gestora da GAM (COGES), a qual figura como responsável pela administração, controle e acompanhamento dos referidos indicadores e metas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Após revisão estruturante do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014 (indicadores, metas e projetos), foi instituído, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13/2011, de 25 de novembro de 2011, o Comitê Estratégico do Poder Judiciário cearense, que tem como principal atribuição monitorar a execução do versado Plano.

Com o objetivo de garantir recursos para a execução das iniciativas estratégicas, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão teve papel ativo na elaboração da Proposta Orçamentária 2012 e do Plano Plurianual do Governo do Estado 2012-2015 referentes ao Judiciário cearense.

Na proposta, foram incluídos, como projetos prioritários para 2012, aqueles que visam à celeridade processual, à capacitação dos servidores e magistrados, à modernização do parque tecnológico e à promoção, enfim, de uma Justiça mais eficiente e próxima ao cidadão.

ENCONTROS E EVENTOS

No decorrer de 2011, a Secretária Especial de Planejamento e Gestão participou do Encontro dos Gestores das Metas Nacionais, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça para acompanhamento e discussão das metas anuais (2009, 2010 e 2011) e, em novembro, do V Encontro Nacional do Judiciário, no qual restaram definidas as metas para 2012 e 2013.

A Seplag também esteve presente no VI Congresso Nacional de Gestão do Conhecimento na Esfera Pública, oportunidade em que foram debatidos desafios, práticas e casos de sucesso relativos à Gestão do Conhecimento (GC) nas organizações públicas, por meio da apresentação de casos práticos e de lições aprendidas e da interação entre as diversas organizações governamentais. Participou, ainda, do Workshop Gestão Administrativa, promovido pelo Tribunal de Justiça da Bahia, objetivando promover o compartilhamento de experiências de sucesso vivenciadas pelos setores administrativos dos Tribunais de Justiça Estaduais.

Visita de estudantes às dependências do Tribunal de Justiça

Servidores da Secretaria de Administração

AÇÕES DA SECAD REDUZEM CUSTOS E MELHORAM ATENDIMENTO

A Secretaria de Administração (Secad) coordenou uma série de mudanças na metodologia de trabalho dos departamentos do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). O objetivo foi gerar economia e prestar bom atendimento.

O Departamento de Material e Patrimônio (Demap), por exemplo, reordenou as rotinas de serviço e está atualizando os perfis de consumo, que são materiais de expedientes e de limpeza enviados periodicamente às comarcas. O trabalho facilitará a identificação das principais necessidades das unidades judiciárias. "A estimativa é gerar economia de R$ 400 mil por ano, além de oferecer melhor atendimento", explicou Lívia Rolim, diretora do Demap.

Outra medida visando à economia de recursos foi a implantação do programa de eficiência de energia, patrocinada pela Companhia Energética do Ceará (Coelce). As luminárias do Fórum Clóvis Beviláqua estão sendo trocadas por lâmpadas de menor consumo e maior eficiência.

O terceiro piso do prédio do TJCE também foi contemplado com esse tipo de iluminação. Além disso, a Central de água gelada do sistema de ar condicionado do Fórum ganhou equipamentos modernos e os seis

Departamento de Material e Patrimônio estima economia de R$ 400 mil por ano

elevadores instalados no Tribunal receberam novos componentes, que reduzem custos e proporcionam maior segurança aos usuários.

"A expectativa é de que, em três meses, tenhamos uma amostra da economia gerada com essas ações", disse a secretária de Administração, Jordete de Oliveira Franco Gomes. Ela ressaltou que as iniciativas fazem parte do planejamento estratégico do Judiciário cearense, que estão alinhadas às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A secretária citou ainda duas ações simples que foram implantadas no Tribunal, mas que também vão diminuir os gastos. Uma é utilizar a água do subsolo para irrigar os jardins. A outra, é incentivar o uso inteligente do telefone.

TRABALHO PREVENTIVO

O Departamento de Engenharia também inovou ao elaborar trabalho que mostra o espelho das condições gerais dos prédios do Judiciário estadual. Segundo a diretora Ana Walewska Feitosa Batista, o projeto elimina a incidência de serviços não previstos que podem modificar a programação físico e financeira da obra. "A iniciativa também possibilita elencar os serviços de pequena monta – que poderão ser atendidos pela manutenção – e de grande porte, os quais demandarão licitações específicas".

A partir dessa radiografia, estão sendo contratadas quatro empresas para fazer a manutenção predial preventiva e corretiva de todos os prédios da Justiça cearense. Elas ficarão sediadas em quatro regiões estratégicas do Estado.

"Tínhamos dificuldade para atender à demanda. A contratação vai possibilitar que, a médio e longo prazos, tenhamos uma manutenção preventiva nos fóruns do Interior. Com a prevenção, consequentemente, teremos menos despesas com manutenções", afirmou Edson Nascimento Donato, diretor do Departamento de Manutenção e Serviços Gerais (Deseg).

Periodicamente, a secretária, juntamente com equipe de servidores, vai às comarcas. O objetivo é conhecer a realidade de cada fórum. Desde julho deste ano, já foram visitadas 25 comarcas. "É um trabalho interessante porque vou ao local, avalio, fotografo, ouço os servidores e juízes sobre as necessidades urgentes de cada unidade", destacou Jordete de Oliveira.

CENTRAL DE ATENDIMENTO DA ZELADORIA

Outra novidade foi a implantação da Central de Atendimento de Serviços de Zeladoria do Tribunal, em funcionamento desde outubro de 2011. A medida permite que cada usuário demandante receba um número de chamado e tenha o tempo previsto de atendimento pré-determinado.

Agilização do trabalho e economia de tempo estão entre as principais vantagens. "O projeto é piloto no TJCE e constitui o primeiro passo para a expansão da Central de Atendimento para todos os serviços no âmbito do Poder Judiciário", disse Mário Eloy, diretor de Divisão de Manutenção da Capital. O novo ramal de atendimento é 6900.

Secretária de Administração, Jordete de Oliveira, com servidores do Denge

MAIS DE 50 MIL PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E REDISTRIBUÍDOS

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) coordenou diversas atividades em 2011 visando à celeridade da prestação jurisdicional. Uma dessas medidas foi a criação de força-tarefa, formada por 55 servidores, divididos em três grupos, para realizar a redistribuição de processos no âmbito do 2º Grau.

Até novembro, 50.940 ações foram distribuídos e redistribuídos. O trabalho dos grupos ocorre em turnos durante a semana e também aos sábados, das 8 às 12 horas. Todas as ações originárias no TJCE são digitalizadas e distribuídas aos gabinetes dos desembargadores até um dia depois de protocoladas.

De acordo com a secretária judiciária Cleidinir Rego Magalhães Martins, o objetivo é diminuir a quantidade de ações pendentes e oferecer mais celeridade aos feitos. "Habeas corpus, mandado de segurança, pedido de suspensão liminar e agravo de instrumento estão sendo distribuídos diariamente", destacou.

As medidas que trouxeram mais rapidez na distribuição e redistribuição dos processos foram instituídas pelo presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa. Outro mutirão implementado pela Secretaria Judiciária diz respeito às ações de competência do Órgão Especial, antes distribuídas ao Tribunal Pleno.

DEFICIENTES AUDITIVOS

Além dos grupos de trabalhos, parceria firmada entre o TJCE e Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (Apada), neste ano, resultou em melhor prestação jurisdicional. Quarenta e sete jovens com problemas auditivos e idade média de 20 a 30 anos foram contratados para atuar na digitalização dos processos.

Para o estudante de ensino superior de Tecnologia da Informação Hudson Cunha Aguiar, o convênio possibilita a ampliação do aprendizado. Conforme o universitário, o que ele aprende na sala de aula, agora está sendo vivenciado na prática.

A secretária Judiciária Cleidinir Martins ressalta medidas para diminuir ações pendentes

Campanha incentiva advogados a utilizarem o sistema virtual

TJCE RECEBE **PETICIONAMENTO ELETRÔNICO**

Desde o dia 2 de dezembro de 2011, advogados, promotores e procuradores de Justiça, defensores públicos e procuradores dos entes públicos podem fazer uso do peticionamento eletrônico no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) disponibilzou a ferramenta no Portal da instituição (www.tjce.jus.br). Segundo o gerente da Virtualização do 2º Grau, Pedro Cavalcante, as principais vantagens é que o mecanismo proporciona redução do custo operacional com digitalização, agilidade na autuação e distribuição das ações.

Além disso, gera economia de recursos para o Tribunal e para o peticionante. Outro aspecto positivo é que os operadores do Direito têm mais facilidade no acesso aos autos e considerável ganho de tempo, pois não precisam se deslocar ao TJCE para protocolar os documentos.

O peticionamento eletrônico só é válido para as ações que já estão tramitando por meio virtual. Atualmente, todas os feitos que dão entrada no Tribunal, em papel, são digitalizadas e transformadas em aquivos digitais.

O primeiro passo para fazer o peticionamento virtual é atualizar os dados cadastrais na Ordem dos Advogados do Brasil – seccional do Ceará (OAB/CE). Em seguida, adquirir certificado digital, que pode ser feito na própria Ordem. Depois, fazer cadastro no Portal do Judiciário, no Sistema de Automação da Justiça (SAJ), por meio do endereço http://esaj.tjce.jus.br.

O SAJ já funciona em todos os órgãos julgadores da 2ª Instância: Câmaras, Tribunal Pleno e Órgão Especial.

O peticionamento eletrônico proporciona redução do custo operacional com digitalização, agilidade na autuação e distribuição das ações. Além disso, os operadores do Direito têm mais facilidade para acessar os autos

SEFIN IMPLANTA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAIS

A Secretaria de Finanças (Sefin) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) implantou o Sistema de Gerenciamento de Depósitos Judiciais em todas as unidades do Poder Judiciário. O trabalho, concluído no último mês de outubro, foi realizado em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

A ferramenta possibilita que juízes acessem, on line, as contas de depósitos judiciais relacionadas a processos que tramitam nas varas. Também elimina a necessidade de enviar ofícios aos bancos para levantar o saldo das partes devedoras. Além disso, permite que os magistrados emitam alvarás de liberação das quantias sob custódia e autoriza a emissão de Transferência Eletrônica Disponível (TED).

"O sistema vai proporcionar agilidade ao processo, sobretudo porque reduz o tempo de recebimento do dinheiro em Juízo. O magistrado poderá, ainda, acompanhar, com segurança, a atualização do depósito", explicou Paulo Sátiro, diretor da Divisão de Arrecadação do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju).

Outro projeto relevante diz respeito à conclusão dos estudos para a implantação do Selo Digital, que é uma sequência de códigos alfanuméricos gerados por sistema eletrônico com o fim de dar validade e autenticidade aos atos prestados pelos cartórios.

Desenvolvido em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça e a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), o trabalho tem como objetivo reduzir os custos da produção de selos, minimizar risco de fraudes e extravios, além de otimizar a fiscalização das atividades cartorárias. Também vai promover a transparência dos atos cartorários e proporcionar maior segurança na comunicação entre o Poder Judiciário e os cartórios.

A medida atende à determinação da Lei n° 11.977/2009, que estipula prazo até 2014 para que todos os atos praticados pelas serventias extrajudiciais (cartórios) sejam digitais. "A expectativa é que, com a implantação dos selos digitais, a partir de 2012, haja considerável redução de custos, pois não será mais necessário comprar selos, como ocorre atualmente. Além disso, permitirá significativos avanços em relação à segurança e redução de tempo", destacou o secretário de Finanças, Newton Rodrigues.

Todas as informações serão armazenadas no Tribunal de Justiça, que emitirá dados sobre os atos praticados pelos cartórios. As atividades correicionais, praticadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, também serão otimizadas. O jurisdicionado, com acesso à internet, poderá checar a autenticidade e validade de documentos submetidos ao serviço do cartório.

Técnicos da Sefin e Setin têm feito visitas ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a concepção e desenvolvimento do projeto.

Secretário de Finanças e equipe discutem implantação do selo digital

Presidente do Conselho Editorial, desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes

EDITORA É OFICIALIZADA E PUBLICA CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A TJCE Editora foi oficializada, em setembro deste ano, na sede do Tribunal de Justiça do Ceará. O evento teve como destaque o lançamento do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado.

A solenidade foi aberta pelo desembargador José Arísio Lopes da Costa, presidente do Tribunal. Na ocasião, ele destacou que a oficialização da Editora representa o cumprimento de mais uma das metas da atual administração.

O presidente do Conselho Editorial, desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, também falou da importância do projeto. "Estamos lançando ao mar o nosso primeiro navio. A proposta é alimentar a Editora de obras e serviços qualificados", disse.

Filgueira Mendes afirmou que a Editora pretende lançar obras raras, de juristas cearenses já falecidos. "A escolha do material vai ser feita pelo Conselho Editorial, que discutirá os trabalhos que poderão ser publicados".

O CONSELHO

Também fazem parte do Conselho Editorial os desembargadores Carlos Alberto Mendes Forte e Sérgia Maria Mendonça Miranda, além dos juízes Francisco Luciano Lima Rodrigues e Mantovanni Colares Cavalcante. A assessora Institucional do TJCE, Lúcia Carvalho Cidrão, é a editora responsável.

O mandato dos membros é de dois anos, sendo permitida a recondução por igual período. A TJCE Editora, instituída por meio da Lei nº 14.813/2011, tem a finalidade de publicar obras de divulgação da Ciência do Direito e preservar a cultura jurídica cearense, nacional e internacional.

A PRIORIDADE É A **VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES**

A Presidência do Judiciário estadual vem desenvolvendo ações para valorizar os servidores. Implantação da Gratificação por Alcance de Metas (GAM) e a de Estímulo à Interiorização (GEI) estão entre as principais vantagens financeiras concedidas.

Ao todo, 3.448 profissionais foram beneficiados. A GAM, que está sendo paga desde o último mês de outubro, contemplou 3.030 servidores. A GEI, por sua vez, concedida desde novembro último, beneficiou 418.

As gratificações estão previstas na lei estadual nº 14.786/2010, que aprovou o novo Plano de Cargos Carreiras e Remuneração dos Servidores. Além disso, quem estava enquadrado no plano antigo teve a oportunidade de optar pelo novo. A medida beneficiou 270 servidores.

CAPACITAÇÃO

Outra iniciativa relevante foi a qualificação. Nesse sentido, a Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE realizou 85 cursos de capacitação e aperfeiçoamento até a primeira quinzena de novembro 2011. Desse total, 26 foram ministrados na sede do Tribunal, 50 externos e nove na modalidade de Ensino a Distância (EAD).ao todo, 607 servidores da Capital e do Interior participaram.

Os cursos de métodos alternativos de solução de conflitos, educação socioambiental e elaboração e acompanhamento de projetos estão entre os mais frequentados. Encontra-se em fase de implantação o módulo de treinamento do sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (GRH), com recursos de acessibilidade para portadores de deficiência visual.

Também foi colocado em prática o plano de capacitação individual. Cada servidor sugeriu o treinamento que considerava necessário para o setor em que atua. A ideia é possibilitar o aprimoramento permanente.

O plano possibilita a melhoria contínua da prestação do serviço feito aos públicos interno e externo. Além disso, atende à Resolução nº 126 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o Plano Nacional de Capacitação de Magistrados e Servidores.

Capacitação dos servidores proporciona a melhoria contínua dos serviços

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A Proposta Orçamentária para 2012, enviada à Assembleia Legislativa do Ceará, também se destaca entre as ações. Pela primeira vez na história do Judiciário, técnicos do TJCE elaboraram orçamento que foi discutido com representantes do Sindicato dos Servidores e da Associação Cearense de Magistrados (ACM).

O documento foi aprovado pelo Órgão Especial e inclui medidas que visam ao aprimoramento da prestação jurisdicional. Entre elas, o aumento da jornada de trabalho para 40 horas semanais, atendendo assim à Resolução nº 88/2009, do CNJ.

MUDANÇAS ESTRUTURAIS

Para dinamizar os procedimentos administrativos e oferecer melhor atendimento ao público, foi readequado o espaço físico da Secretaria de Gestão de Pessoas. A reforma ampliou as instalações, aumentou o número de guichês, facilitou o fluxo de pessoas e a organização de documentos.

Também foi instalado o Núcleo de Educação a Distância, unidade que ocupa posição estratégica no plano de capacitação da instituição.

A Secretaria de Gestão de Pessoas realizou 85 cursos de capacitação e aperfeiçoamento. Ao todo, 607 servidores da Capital e do Interior foram beneficiados

JUÍZES E SERVIDORES RESSALTAM **VANTAGENS DO SAJ**

A implantação do processo informatizado no Judiciário cearense tem proporcionado maior celeridade ao trâmite das ações. O Sistema de Automação da Justiça (SAJ) reduz, significativamente, o tempo de tramitação, quando comparado ao meio físico.

A realidade foi confirmada por pesquisa feita pelo Grupo Gestor da Virtualização do 1º Grau, em parceria com a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A celeridade é, em média, 4,5 vezes maior no andamento dos autos digitais (distribuição à sentença).

O estudo analisou mandados de segurança físicos e eletrônicos que tramitaram nas nove Varas da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua, que funcionam com o SAJ desde junho de 2010. Foram verificados 205 processos em papel, distribuídos entre 30 de junho de 2009 e 30 de junho de 2010. O tempo médio para a sentença foi de 258,95 dias. A margem de erro é de 5 dias, para mais ou para menos.

Já os autos virtuais analisados foram distribuídos de 11 de julho de 2010 a 14 de setembro deste ano, sendo que o tempo médio foi de 57,18 dias. Da mesma forma, a margem de erro é de 5 dias, para mais ou para menos.

> *"No peticionamento eletrônico, o pedido é entregue diretamente ao juiz sem a necessidade de intervenção da secretaria"*
>
> *Juiz Sérgio Luiz Arruda Parente*

BENEFÍCIOS

O juiz Sérgio Luiz Arruda Parente, do Grupo Gestor, afirmou que a pesquisa demonstrou diferença significativa entre os dois sistemas de tramitação. "Isso se deve ao fato de que, no processo digital, algumas etapas executadas no meio físico são desnecessárias, como serviço de malote após a distribuição, autuação, localização de processos nas secretarias e cargas".

O magistrado explicou também que, "no peticionamento eletrônico, o pedido é entregue diretamente ao juiz sem a necessidade de intervenção da secretaria, conforme prevê a lei, e a informação do protocolo de petições se dá em tempo real".

SIMPLIFICAÇÃO

A diretora de Secretaria da 6ª Vara da Fazenda Pública, Cynara Guimarães Pimentel, confirma que a digitalização proporcionou maior celeridade no trâmite. Também simplificou o trabalho dos servidores, já que os advogados consultam os processos de qualquer lugar. Com isso, os funcionários que faziam essa atividade agora podem se dedicar a outras tarefas.

PRODUTIVIDADE

As 18 Varas de Família da Comarca de Fortaleza também já estão com os acervos informatizados. A possibilidade de acessar os autos de qualquer lugar, por meio do portal do TJCE (www.tjce.jus.br), e a facilidade na organização dos feitos são algumas das vantagens trazidas pelo SAJ.

A juíza Maria Marleide Maciel Queiroz, da 3ª Vara de Família, garante que a informatização contribuiu para elevar a produtividade e acelerar o andamento dos autos na unidade. Atualmente, são proferidas por mês, em média, 130 sentenças, 500 despachos e 200 audiências.

"Antes do processo eletrônico não conseguíamos chegar a esses números. Por isso, já podemos considerar que essa iniciativa é um verdadeiro sucesso".

6ª Vara da Fazenda Pública é uma das unidades virtualizadas

GERENCIAMENTO

Segundo a magistrada Vilma Freire Belmino Teixeira, titular da 17ª Vara de Família, o sistema virtual permite melhor controle e gerenciamento do acervo processual, assim como possibilita a verificação, a qualquer momento, da quantidade de petições iniciais, ações conclusas, audiências agendadas e outros dados relevantes.

Os feitos virtuais estão disponíveis, ao mesmo tempo, para Vara, partes, advogados, defensores e promotores de Justiça. "Todos podem visualizar e movimentar o processo ao mesmo tempo, o que representa ganho significativo de tempo".

O diretor de Secretaria da unidade, Alexsandro Silva Cavalcante, destaca o uso da ferramenta de autotexto, que permite ter acesso a modelos dos diversos documentos produzidos, como cartas de intimação. Além do recurso, ele ressalta o comprometimento da equipe, que trabalha em conjunto para execução das etapas do processo eletrônico.

MODELOS ESPECÍFICOS

O processo eletrônico também já funciona nas cinco Varas da Infância e da Juventude da Capital desde o último mês de agosto. A 5ª unidade, por exemplo, reduziu em dois meses mais de 25% da quantidade de ações. Entre setembro e outubro de 2011 foram arquivados 2.043 feitos.

O juiz Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves disse que, além da força-tarefa para identificar os processos em que a medida socioeducativa já havia sido cumprida ou em que o adolescente em conflito com a lei atingiu a maioridade penal, a implantação do SAJ tem contribuído para os bons resultados. "Ficou muito mais fácil despachar os autos porque o Sistema pode ser alimentado com modelos específicos para cada caso. Por isso, os processos no SAJ estão sempre em dia".

AGILIDADE

As 18 Varas Criminais do Fórum começaram a trabalhar com ações eletrônicas a partir de novembro. A 10ª unidade foi a primeira a receber uma denúncia por meio digital. A peça, referente a crime de porte ilegal de arma de fogo, deu entrada no Setor de Protocolo, foi digitalizada, indexada, conferida, assinada e enviada à Vara.

A ferramenta possibilita o recebimento de denúncias, queixas-crime e processos penais privados, de forma virtual, conforme a Portaria nº 946/2011 assinada pelo diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz José Krentel Ferreira Filho.

PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

As seis Varas de Execuções Fiscais e as três de Execuções Penais também estão virtualizadas. O peticionamento eletrônico, para qualquer unidade que funciona com o SAJ, pode ser feito por meio do site do Tribunal (www.tjce.jus.br).

GRUPO DE JUÍZES JULGA MÉDIA DE MAIS DE 500 AÇÕES POR MÊS

O Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais da Comarca de Fortaleza tem ampliado e diversificado os trabalhos, com a finalidade de oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz. Criada em fevereiro de 2010, por meio da Resolução nº 3, do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), a equipe ganhou novos integrantes e conta, atualmente, com 20 magistrados em dedicação integral.

Somente nos meses de agosto, setembro e outubro de 2011, foram proferidas 1.543 sentenças de processos das Varas Cíveis, da Fazenda Pública, Criminais e Juizados Especiais, o que representa média superior a 500 decisões mensais. Além dos julgamentos, o Grupo atua também na confecção de expedientes e outras providências necessárias ao trâmite processual.

A coordenadora, juíza Joriza Magalhães Pinheiro, ressalta que estão sendo sentenciados os feitos mais antigos. Dessa forma, a iniciativa está contribuindo para o cumprimento da Meta 2 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que consiste em julgar todos os autos distribuídos até 31 de dezembro de 2006.

Outra frente de atuação é a retificação de dados no Sistema Processual (SPROC) e no Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Integrantes do Grupo de Auxílio orientam e apoiam as varas na realização da tarefa. "Essas providências são importantes tanto na baixa de processos já julgados, como para permitir o fluxo regular dos feitos que ainda tramitam", ressalta a coordenadora.

MUTIRÕES

A equipe promove também mutirões de conciliação, agilizando o encerramento dos litígios por meio de acordos entre as partes. Em agosto deste ano, o mutirão "Reconhecendo vínculos – Paternidade é questão de dignidade" solucionou 309 ações de investigação de paternidade, que estavam em andamento no Fórum Clóvis Beviláqua.

No mês de junho, a iniciativa "Porque cuidar é legal" realizou mais de 400 perícias em processos de interdição que tramitavam nas Varas de Família da Comarca de Fortaleza. Em maio, a campanha "Somando esforços, multiplicando soluções" resultou em 292 acordos com o Bradesco e Unibanco.

O Grupo de Auxílio tem colaborado também com as ações desenvolvidas pela Central de Conciliação do Fórum da Capital. Durante o Mutirão Financeiro, por exemplo, nos meses de outubro e novembro deste ano, servidores da equipe atuaram como conciliadores, favorecendo os mais de 250 acordos com o Itaú/Unibanco e Panamericano.

Coordenadora do Grupo, magistrada Joriza Magalhães, com parte da equipe

Diretor do Fórum, juiz José Krentel, comanda reunião com magistrados e servidores

"SEXTA EM DIA" ATUALIZA DADOS DAS VARAS CRIMINAIS DE FORTALEZA

Informações sobre processos que tramitam nas 18 Varas Criminais do Fórum Clóvis Beviláqua foram atualizadas no Sistema Processual (SPROC). A inciativa, intitulada "Sexta em Dia", ocorreu nos dias 9, 16, 23 e 30 de setembro e 7, 14 e 21 de outubro.

O objetivo foi eliminar ações já extintas ou que transitaram em julgado, além de identificar a quantidade de autos em cada unidade. Foram retirados 54.717 feitos que constavam indevidamente no SPROC, reduzindo o acervo de 99.206 para 44.489.

O diretor do Fórum, juiz José Krentel Ferreira Filho, ressaltou que a iniciativa permitiu conhecer a realidade das unidades em relação à quantidade de processos. "A ação indicou a excelente produtividade, por meio da inegável dedicação, seriedade, competência dos respectivos magistrados e servidores".

Segundo o diretor de Secretaria da 10ª Vara Criminal, Daniel Pinheiro Leite, o "Sexta em Dia" veio para fazer uma limpeza extremamente necessária no sistema utilizado. Somente nessa unidade, houve redução de 3.800 processos cadastrados.

O projeto foi exposto aos juízes e diretores de secretarias no dia 5 de setembro deste ano. Participaram da reunião, além do juiz José Krentel Ferreira Filho, os magistrados Sérgio Luiz Arruda Parente, Ezequias da Silva Leite e Jacinta Inamar Franco Mota, integrantes do Grupo Gestor da Virtualização do 1º Grau, entre outros.

A mobilização contou com o apoio do Grupo Gestor e das Secretarias Judiciária, Especial de Planejamento e Gestão e de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A expectativa é expandir o programa para as demais varas do Fórum da Capital.

VARAS DO FÓRUM CRIAM PROGRAMAS PARA SOLUCIONAR PROCESSOS JUDICIAIS

A conciliação é uma das palavras de ordem no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza. Confirmação dessa prática é a instituição de projetos voltados para o diálogo entre as partes, com a finalidade de resolver os casos por meio do consenso

Além dos mutirões promovidos pela Central de Conciliação, algumas unidades judiciárias estão desenvolvendo atividades com esse objetivo.

3ª VARA CÍVEL

Desde agosto de 2011, a Vara vem dedicando a primeira sexta-feira de cada mês para as sessões. É o "Dia das Portas Abertas para a Conciliação", que não necessita de agendamento ou intimação prévia dos interessados.

A condição para que a audiência seja realizada é a presença das partes adversas. O objetivo é que as pessoas procurem a Vara para por fim aos conflitos. O acordo é homologado somente na presença dos respectivos advogados.

A iniciativa foi do juiz Cid Peixoto do Amaral Netto, por meio da Portaria nº 001/2011. As sessões

17ª Vara de Família realiza conciliação duas vezes por mês

ocorrem das 9h às 12h e das 13h às 18h. O evento já aconteceu nos dias 5 de agosto, 2 de setembro, 7 de outubro, 4 de novembro e 2 de dezembro.

De acordo com o magistrado Cid Peixoto do Amaral Netto, o projeto oficializa a cultura já existente na unidade judiciária. A meta, segundo ele, é que a prática se torne permanente.

10ª VARA CÍVEL

A juíza Nismar Belarmino Pereira, titular da unidade, instituiu a "Sexta da Conciliação", que ocorre na última sexta-feira do mês. Em média, são 30 audiências. O interessado deve entrar em contato com a Secretaria da Vara e o pedido é analisado e incluído na pauta.

13ª VARA CÍVEL

Nesse mesmo sentido, a unidade judiciária iniciou, em 1º de novembro, o "Dia do Espaço do Povo para a Conciliação", que vem sendo realizado na quinta-feira de cada mês, das 10h às 17h. As audiências ocorrem independente de designação.

Os interessados devem procurar diretamente a titular da unidade, juíza Francisca Francy Maria da Costa Farias. A sessão é realizada somente caso as partes conflitantes estejam presentes, e o acordo é homologado na presença dos respectivos advogados.

Se apenas uma das partes comparecer, a audiência é remarcada para até 30 dias. O programa aconteceu também nos dias 6 de outubro, 3 de novembro e 1º de dezembro.

1ª VARA DE FAMÍLIA

Todas as primeiras sextas-feiras do mês, a Vara realiza, em média, 80 audiências envolvendo ações de alimentos, divórcio e investigação de paternidade. As sessões ocorrem das 9 às 17 horas, não sendo necessário agendamento antecipado, bastando as partes se fazerem presentes.

17ª VARA DE FAMÍLIA

A 17ª Vara de Família, por meio da juíza Vilma Freire Belmino Teixeira, vem realizando conciliações duas vezes por mês, sempre nas segundas-feiras. São agendadas, aproximadamente, 30 audiências para o período da tarde, mediante intimação das partes. Os processos são referentes à investigação de paternidade, divórcio e alimentos.

VARAS ALCANÇAM OBJETIVOS PROPOSTOS PELO CNJ

As unidades judiciais da Comarca de Fortaleza vêm empreendendo esforços para atingir as metas propostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A 6ª Vara da Fazenda Pública, por exemplo, está cumprindo a Meta 3 de 2011, que consiste em julgar número maior que o de processos entrados.

Entre 1º de janeiro e 2 de dezembro deste ano, 740 novas ações ingressaram na unidade. No mesmo período, foram proferidas 843 sentenças, além de 876 decisões interlocutórias e 3.362 despachos.

De acordo com o juiz Paulo de Tarso Pires Nogueira, os resultados se devem ao esforço coletivo de toda a unidade. Foram estabelecidas metas internas, como julgar, pelo menos, quatro processos por dia. "Geralmente, ultrapassamos esse número, devido ao compromisso da equipe".

O magistrado ressalta ainda a importância de gerenciar o acervo, de modo a eleger prioridades e distribuir tarefas. Com o processo eletrônico, já implantado na Vara, esse controle passou a ser feito por meio do Sistema de Automação da Justiça (SAJ). "O sistema possui recursos que facilitam bastante o gerenciamento", destaca.

Outro benefício do software, de acordo com o juiz, é a ferramenta de autotexto. "Hoje, temos à disposição um banco de dados com decisões já proferidas, que pode ser inclusive compartilhado com outras varas. Isso dá mais agilidade aos julgamentos".

META 2

As Varas e Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs) da Capital têm priorizado os processos mais antigos, com o objetivo de cumprir a Meta 2, de 2009 e 2010, do CNJ, que propõe o julgamento das ações distribuídas até 2005 e 2006, respectivamente.

O 19º JECC, localizado no bairro Serrinha, é exemplo de unidade que atingiu os objetivos. Segundo a juíza Maria do Livramento Alves Magalhães, os autos mais antigos em andamento são de 2010. "Alcançamos esse resultado com muito trabalho e planejamento".

A magistrada afirma que também estabelece metas internas, como a realização de audiências de conciliação em até 45 dias após o início da ação, e não deixar processos sem movimentação por mais de 100 dias.

A 3ª Vara de Família também julgou todos os feitos protocolados em 2005. A juíza Maria Marleide Maciel Queiroz assegura que a realização constante de audiências de conciliação é um dos instrumentos eficazes para reduzir o acervo.

A magistrada destaca, ainda, as facilidades trazidas pelo processo eletrônico, que permite elevar a produtividade e acelerar o trâmite. "Hoje não há mais processos deslocados nas prateleiras, o que demandava muito tempo da Secretaria. Além disso, é possível visualizar os autos de qualquer local, sem precisar retirá-los da Vara, o que nos dá muito mais segurança".

Juíza Maria do Livramento Alves Magalhães com servidores do 19º JECC

Solenidade de entrega da "Medalha Juíz Marcos Aurélio Rodrigues"

CENTRAL INCENTIVA FORMAS PACÍFICAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS

A Central de Conciliação do Fórum Clóvis Beviláqua realizou, durante o ano de 2011, diversas ações voltadas para a consolidação e disseminação dos meios consensuais de solução de litígios. Uma dessas iniciativas foi o V Seminário de Conciliação, promovido no dia 24 de novembro, na Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec).

No evento, foram apresentadas as diversas técnicas de negociação, mediação e conciliação, destacando sua relevância para a pacificação social. Além disso, destacou experiências exitosas, como o trabalho desenvolvido pela 14ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza, em que uma equipe de conciliadores voluntários atua para favorecer os acordos.

Com o objetivo de valorizar as iniciativas que mais contribuíram para incentivar as práticas de conciliação, a Central concedeu a "Medalha Juiz Marcos Aurélio Rodrigues" a 17 personalidades. Foram agraciados os desembargadores Inácio de Alencar Cortez Neto, Fernando Luiz Ximenes Rocha e Rômulo Moreira de Deus; os juízes Francisco Eduardo Torquato Scorsafava, Maria do Livramento Alves Magalhães, Maria das Graças Almeida de Quental, Maria de Fátima de Melo Loureiro e Lira Ramos de Oliveira; a procuradora geral de Justiça do Ceará, Socorro França; os promotores de Justiça Francisco Edson Landim e Antônia Lima de Sousa; a defensora pública Cláudia Fiúza Maia; a professora Lília Maia de Morais Sales; o servidor do Judiciário estadual Nelson Ricardo Morais Nogueira; o delegado aposentado da Polícia Civil, Francisco Leite de Queiroga, e os conciliadores Priscila Aguiar Costa e Antônio Marques Honorato.

MUTIRÕES

Nos meses de outubro e novembro, 261 processos envolvendo o Itaú, o Unibanco e o Panamericano, que tramitavam nas Varas Cíveis da Capital, foram solucionados por meio do consenso entre as partes. O resultado foi obtido durante a 3ª edição do Mutirão Financeiro.

"É gratificante saber que as pessoas saíram das audiências felizes, porque conseguiram regularizar a situação, quitando dívidas que representavam tormento para suas vidas", afirma a coordenadora da Central, juíza Jane Ruth Maia de Queiroga.

Os envolvidos em ações de cobrança de pensão alimentícia também tiveram a oportunidade de resolver os conflitos de forma consensual. De 26 a 30 de setembro, foram realizadas 830 sessões conciliatórias, referentes a processos provenientes das 6ª, 9ª, 12ª, 13ª e 15ª Varas de Família. Em 468 delas, foi possível pôr fim ao litígio.

De acordo com a coordenadora, o evento serviu para resolver casos em que os devedores tinham mandados de prisão em aberto. "Muitos que estavam com prisão decretada vieram, resolveram suas pendências e já saíram com ofício para apresentar ao delegado".

Debates foram realizados no auditório da Corregedoria

TRIBUNAL PROMOVE PALESTRAS SOBRE CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), por meio da Auditoria Administrativa de Controle Interno, realizou ciclo de palestras sobre controle na administração pública. Direcionado a desembargadores, juízes, gestores e servidores, o evento teve início no dia 24 de agosto e foi encerrado em 11 de novembro deste ano, na Corregedoria Geral da Justiça, em Fortaleza.

Foram realizadas cinco palestras. A primeira contou com a participação do ministro Ubiratan Aguiar, ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele defendeu a união entre gestores e controladores com o objetivo de otimizar os gastos públicos.

A segunda explanação, realizada no dia 14 de setembro, teve à frente a conselheira Soraia Victor, do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Além de destacar a iniciativa do TJCE em promover o evento, disse que a atividade de controle precisa ser divulgada e estimulada dentro do setor público.

Quem também participou do encontro foi o ministro Valmir Campelo, também do TCU. Em palestra no dia 29 de setembro, defendeu a criação de lei sobre responsabilidade social.

Em 21 de outubro, foi a vez da secretária de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Gláucia Elaine de Paula. A palestrante ressaltou a importância da instalação de unidades de controle interno nos Tribunais de Justiça brasileiros.

O encontro foi finalizado com a participação do controlador e ouvidor geral do Estado, João Alves de Melo, e do ouvidor geral do Tribunal cearense, desembargador Francisco Auricélio Pontes. João Alves de Melo explicou que o principal objetivo da atividade é agir preventivamente antes que ações ilícitas ou impróprias possam atentar contra a administração pública. O magistrado ressaltou que o grande desafio é transformar a cultura da reclamação em cultura da participação, primando pelo diálogo e tolerância entre as partes envolvidas na busca pela solução mais eficaz.

O ciclo de debates contou com a parceria da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE. As discussões estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Judiciário estadual (2010-2014).

SETOR ORGANIZA MAIS DE 67 EVENTOS

Ao todo, mais de 67 eventos do Judiciário estadual tiveram planejamento, organização e execução pela Assessoria de Cerimonial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), somente em 2011. Entre as solenidades se destacam posses, entregas de medalhas, instalação de câmaras, inaugurações, lançamentos de livros, missas em Ação de Graças, palestras, seminários, encontros e visitas de autoridades.

Seguindo normas do Cerimonial Público e Protocolo, o setor esteve à frente das posses dos novos dirigentes da Justiça para o biênio 2011/2013 e do diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz José Krentel Ferreira Filho, à inauguração do Serviço de Precatórios, totalmente reformulado, e pagamento de precatórios prioritários para pessoas que têm acima de 60 anos.

Organizou, ainda, as solenidades de abertura e encerramento da VI Semana Nacional da Conciliação, no Estado. Também planejou missas em Ação de Graças pela posse dos novos dirigentes e dos desembargadores Francisco José Martins Câmara, Váldsen da Silva Alves Pereira, Francisco Darival Beserra Primo, Francisco Bezerra Cavalcante, Inácio de Alencar Cortez Neto e Washington Luís Bezerra de Araújo.

A instalação da 7ª Câmara Cível e da 8ª Câmara Cível também tiveram o assessoramento do Cerimonial do TJCE. Entre as palestras e seminários se destacam "Previdência Complementar: Aspectos Legais, Doutrinários e Jurisprudenciais para o Judiciário", na Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec), "A Interação entre o Sistema Judicial e a Mediação", no Fórum da Capital, e as explanações dos desembargadores Paulo Camelo Timbó, Teodoro Silva Santos e Carlos Alberto Mendes Fortes para estudantes de Direito da Universidade de Fortaleza, na Esmec.

Além disso, teve participação na audiência pública que apresentou o resultado da 2ª fase concurso público para cartórios do Ceará; solenidade pelos 20 anos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança: As diretrizes indicativas do melhor interesse da Criança no STJ; inauguração do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Juazeiro do Norte; II Encontro da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública da Infância e da Juventude do Ceará; Ciclo de Palestras Sobre Controle na Administração Pública, na Corregedoria Geral da Justiça; lançamento "Código de Divisão e Organização Judiciária" e I Seminário de Estudos sobre os Meios Alternativos de Solução de Conflitos, entre outros eventos.

Alessandra Bezerra Aragão é a chefe do Cerimonial

AÇÕES GARANTEM PROTEÇÃO DE MAGISTRADOS

A Comissão de Segurança Permanente do Judiciário estadual vem adotando medidas para garantir a integridade física dos magistrados, principalmente dos mais de 250 que atuam na área penal. Já foram instalados detectores de metais na Varas Criminais do Fórum Clóvis Beviláqua e sistemas de filmagem no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

O desembargador Teodoro Silva Santos, presidente da Comissão, disse que as iniciativas garantem maior segurança, também, para os usuários dos serviços. O plano incluiu também projetos para melhorar a proteção em todas as unidades da Capital e do Interior.

REUNIÃO

No dia 24 de agosto deste ano, o assunto foi discutido no TJCE, com a participação do presidente da Corte, desembargador José Arísio Lopes da Costa. Participaram do debate juízes diretores dos Fóruns das Comarcas de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte e representantes das Polícias Civil, Militar e Rodoviária do Ceará (PRE).

Também presentes os responsáveis pelas Polícias Federal e Rodoviária Federal no Estado. De acordo com o desembargador Teodoro Silva Santos, a finalidade "é dar aos magistrados condições para que julguem com independência, imparcialidade e segurança".

REFORÇO

A Comissão reforçou a segurança no entorno do Fórum de Fortaleza e resolveu o problema de fluidez do trânsito, em horários de pico, no local. As medidas contam com a parceria da Secretaria de Segurança Pública e

Des. José Arísio Lopes abriu os trabalhos da reunião com a cúpula da Segurança Pública

Defesa Social do Ceará (SSPDS).

De segunda a sexta-feira, das 17h às 19h, a PRE disponibiliza viatura e duas motos para fazer o controle de trânsito na avenida Washington Soares, na altura do Fórum. Além disso, uma viatura do 3º Comando de Policiamento de Guarda (CPG) do TJCE circula pelas imediações do Fórum, Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) e Creche Escola do Judiciário, nos horários de saída dos servidores.

SEMINÁRIO

O desembargador Teodoro Silva Santos participou do Seminário Poder Judiciário e Segurança Pública, em Maceió, no dia 25 de julho último. O evento foi promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Judiciário de Alagoas.

A COMISSÃO

A finalidade do grupo é "elaborar plano de proteção e assistência dos juízes em situação de risco e conhecer e decidir pedidos de proteção especial, formulados por magistrados". A equipe é composta também pelo juiz Paulo de Tarso Pires Nogueira e pelo chefe da Assistência Militar do TJCE, major Augusto Nirlando Monteiro Vieira.

A designação foi feita por meio da Portaria nº 884/2011, da Presidência do Tribunal. Comissão trabalha de acordo com as normas da Resolução nº 104 do CNJ, que trata da efetivação da segurança, especialmente nas unidades judiciárias que lidam com ações criminais. O presidente da Associação Cearense de Magistrados (ACM), juiz Marcelo Roseno, acompanha as atividades.

ASSISTÊNCIA MILITAR

De maio a dezembro de 2011, o Tribunal de Justiça recolheu 10.507 armas das comarcas do Interior. Incluindo a Capital, esse número salta para 14.525. A ação foi orientada pela Assistência Militar do TJCE, em conjunto com o Comando da Polícia Militar do Estado. O recolhimento e destruição de armas atende à determinação da Presidência do Tribunal, baseada em resolução do CNJ.

Núcleo de Mediação do Judiciário estadual atende à Resolução nº 125, do CNJ

NÚCLEO PARA SOLUCIONAR CONFLITOS É INSTITUÍDO PELA JUSTIÇA ESTADUAL

Em março deste ano, a Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) instituiu o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. O objetivo é resolver os casos por meio do acordo, além de reduzir a quantidade de processos protocolados.

A criação do setor, por meio do Provimento nº 03/2011, está fundamentada na importância da mediação e da conciliação como instrumentos de pacificação social. Entre as principais atribuições estão planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao tratamento adequado dos conflitos.

O desembargador José Mário Dos Martins Coelho é responsável pela supervisão e o juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira coordena as atividades. A equipe é formada também pelos servidores Veridiana Chaves (assessora pedagógica da Presidência), Denise Aguiar (psicóloga), Raquelina Cordeiro (assistente social), Geraldo Netto (bacharel em Direito), Clara Távora e Diana Santos (da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão), Jacqueline Alves e Adriana Rocha (representantes, respectivamente, das áreas de Treinamento do Tribunal e do Fórum), Mônica Santiago (Secretaria de Tecnologia da Informação) e Mário Fillipi Cardoso de Abreu (Central de Conciliação do 2º Grau).

UNIFORMIZAÇÃO E TREINAMENTO

O Núcleo foi criado de acordo com a Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a política nacional de tratamento dos conflitos no Judiciário. Em março, equipe do CNJ visitou o TJCE para conhecer as atividades desenvolvidas pelo setor.

Uma das normas do Conselho define a participação dos conciliadores e mediadores que devem trabalhar de forma semelhante em todos os Tribunais, recebendo treinamentos específicos. No Ceará, o Núcleo conta com a colaboração da professora Lília Maia de Moraes Lopes, coordenadora dos cursos de pós-graduação em Direito da Universidade de Fortaleza (Unifor).

Em setembro deste ano, a professora conduziu o primeiro módulo de capacitação para servidores em técnicas de solução de conflitos. No mês de outubro, houve o segundo módulo e o encerramento ocorreu no dia 11 de novembro.

Segundo Veridiana Chaves, 125 servidores receberam o treinamento e, posteriormente, passarão por estágio. A finalidade é proporcionar estudo continuado possibilitando troca de experiências. A meta é tornar o Núcleo de Mediação do TJCE referência para a população como espaço de inclusão e resolução de conflitos.

SETOR RECEBE MAIS DE 3.400 MANIFESTAÇÕES EM 2011

A Ouvidoria Geral do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) registrou, no intervalo de janeiro a novembro de 2011, 3.473 manifestações. O desembargador Francisco Auricélio Pontes está à frente do órgão desde o último dia 9 de fevereiro.

Do total de demandas, 3.254 se deram por correio eletrônico, 116 por telefone e 74 foram feitas pessoalmente. Por tipo, a Ouvidoria registrou 1.206 reclamações, 1.158 pedidos de informações sobre processos judiciais, 85 agradecimentos e 46 denúncias.

Além disso, recebeu 55 elogios e apenas três críticas. O ouvidor geral garante que todas as ocorrências tiveram encaminhamento aos respectivos setores e órgãos. "Foram feitas solicitações de providências, pedidos de informações, bem como comunicados de elogios e sugestões recebidas e efetivadas as diligências necessárias ao bom cumprimento das atividades exercidas pela Ouvidoria", ressalta o magistrado.

DIÁLOGO

O desembargador Francisco Auricélio Pontes considera que a função é uma experiência valorosa, sobretudo porque vislumbra a possibilidade de transformar a cultura da reclamação em participação, primando pelo diálogo e pela tolerência na busca da solução eficaz. "É relevante destacar a importância da Ouvidoria como canal de comunicação entre a sociedade e o Judiciário estadual".

O ouvidor reforça também que o setor "oferece à sociedade a oportunidade de conhecer, reconhecer e exigir a prestação dos serviços públicos que estão à sua disposição. Podemos afirmar que representa os legítimos interesses dos cidadãos, assim o fazemos sempre na busca de soluções definitivas".

CONTATOS

O serviço funciona de segunda à sexta, das 8h às 18h, na sede do TJCE, em Fortaleza. O desembargador recebe as partes, pessoalmente, às segundas, terças e sextas-feiras, a partir das 14h.

Os números para contato são: 85 – 3207.7428 (telefone) e 3207.7430 (fax). O e-mail é ouvidoriageral@tjce.jus.br.

A OUVIDORIA

É um órgão administrativo da Justiça cearense, criado pela Resolução nº 23, publicada no Diário da Justiça de 25 de agosto de 2004, passando a funcionar a partir do dia 28 de outubro daquele ano. Recebe críticas, elogios, sugestões, pedidos de informações e denúncias. Todas as manifestações são registradas, apuradas e as providências adotadas, pelos respectivos setores, e comunicadas aos reclamantes.

Desembargador Francisco Auricélio Pontes está à frente da Ouvidoria

COORDENADORIA PROMOVE II ENCONTRO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

A Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Judiciário estadual, que tem à frente o desembargador Francisco Suenon Bastos Mota, promoveu o II Encontro da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública da Infância e da Juventude do Ceará. O evento ocorreu durante três dias na sede da Defensoria Pública do Estado, em agosto de 2011.

Durante os debates, o juiz João Batista Saraiva, da Vara da Infância e da Juventude de Santo Ângelo (RS), falou sobre a execução, objetivos, princípios, prescrição e unificação das medidas socioeducativas. O magistrado disse que ainda há um déficit "muito grave" no Brasil em relação ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei, de acordo com levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No segundo dia, o encontro discutiu as modificações e desafios da nova Lei de Adoção (nº 12.010/2009). A defensora pública do Rio de Janeiro, Simone Moreira, explicou sobre os retrocessos da norma que, segundo ela, traz conceitos genéricos para tomadas de medidas que favoreçam crianças e adolescentes.

Ainda durante as discussões, o juiz Elio Braz Mendes, de Pernambuco, proferiu palestra sobre as inovações, princípios e procedimentos dessa Lei. Conforme o magistrado, o dispositivo que versa sobre a convivência familiar aperfeiçoou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Um dos grandes avanços, na opinião do juiz, foi estipular prazos para a permanência de crianças e adolescentes em unidades de acolhimento, sendo que a Justiça deve se pronunciar sobre os casos.

PREVENÇÃO ÀS DROGAS

A CIJ distribuiu cartilha e cartaz contra as drogas para os juízes das comarcas do Interior do Estado. O desembargador Francisco Suenon Bastos Mota solicitou aos magistrados que repassassem o material para crianças e adolescentes.

A cartilha inclui explicações sobre os efeitos imediatos do crack, sinais para conhecimento do uso e as atividades que podem agravar a situação do usuário. Além disso, contém as atitudes que podem ajudar e as possibilidades de tratamento. A medida atendeu à campanha lançada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Encontro discutiu a nova Lei de Adoção

Des. Francisco Suenon Mota preside sessão de julgamento

CEJAI JULGA PROCEDENTE DOIS PEDIDOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Ceará (Cejai/CE) julgou procedente dois pedidos de habilitação para candidatos à adoção internacional. A sessão de julgamento foi conduzida pelo desembargador Francisco Suenon Bastos Mota, presidente do órgão, e ocorreu no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), em junho de 2011.

Após o deferimento, o casal permanecerá por um ano como pretendentes habilitados. Em seguida, será expedido certificado e os candidatos poderão dar início à adoção junto às Varas da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza.

Após o fim do prazo, se o processo de adoção não for concretizado, os casais poderão solicitar a renovação da habilitação. O presidente da Cejai/CE explicou que brasileiros podem concorrer à adoção internacional desde que comprovem residência em outro país.

Contudo, é necessário que o local onde estejam morando faça parte da Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional (Convenção de Haia), aprovada na Holanda, em 1993.

Os dois processos julgados tiveram parecer favorável do Ministério Público do Estado, representado na audiência pela procuradora de Justiça, Maria Neves Feitosa Campos. Participaram ainda os juízes Auro Lemos Peixoto Silva, da 13ª Vara de Família; Jane Ruth Maia Queiroga, da 12ª Vara de Família; Waleska Alves Alencar Rolim, da 10ª Vara de Família, e Vilma Freire Belmino, da 17ª Vara de Família.

Após o deferimento, o casal permanecerá por um ano como pretendentes habilitados. se o processo de adoção não for concretizado, os casais poderão solicitar a renovação da habilitação

ESMEC OFERECE CURSOS PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES

No discurso de posse, o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador José Arísio Lopes da Costa, disse ser "imprescindível e relevante" o papel da Escola Superior da Magistratura do Estado (Esmec) para a política de valorização de magistrados e servidores.

O desembargador destacou a necessidade de uma formação mais humanista, cabendo à Esmec a responsabilidade de promover esse aprimoramento acadêmico da magistratura estadual. A missão da Escola é disseminar a informação, o conhecimento jurídico e de áreas afins ao Direito.

Passados 11 meses, a instituição continua sendo considerada centro de excelência na preparação intelectual dos magistrados cearenses, de 1º e 2º Graus, especialmente dos novos juízes, que recebem capacitação nas áreas jurídica, administrativa e de gestão.

Para dirigir a Esmec, o presidente do TJCE indicou o desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, que já vinha ocupando a chefia da instituição desde agosto de 2010, devido à aposentadoria do desembargador Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira.

JUBILEU DE PRATA

De fevereiro a dezembro de 2011, a Esmec foi palco dos mais diversos eventos, como congressos, seminários, workshop, palestras e lançamentos de livros e, ainda, comemorou 25 anos de criação. Para marcar a data, foi promovido o I Congresso Jurisdictio, intitulado "A Fazenda Pública em Juízo", realizado em parceria com o Instituto de Aprimoramento do Conhecimento Jurídico e a Associação Cearense de Magistrados (ACM), de 28 a 30 de setembro.

Na oportunidade, o diretor da Esmec prestou homenagem ao desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, pelos 12 anos em que esteve à frente da coordenação geral da Escola (1988-2000). A instituição foi criada pela Lei n° 11.203, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 1º de setembro de 1986.

Sede da Esmec

ESPECIALIZAÇÃO

Outro destaque foi a criação de cinco novas turmas dos cursos de Especialização, que começaram a funcionar em agosto de 2011, com o ingresso de, aproximadamente, 250 novos alunos. A aula inaugural foi em 19 de agosto, seguida do Seminário de Integração e Motivação (SIM), que prosseguiu até 20 de setembro, com a Oficina de Pesquisa Científica, ministrada pela professora Germana Parente Neiva Belchior, doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Foram criadas turmas em Direito Constitucional, Direito e Processo Eleitoral, Processo Civil e Gestão do Processo, Direito Público e Direito Processual Penal.

CURSOS

Diversos cursos foram ministrados na Esmec ao longo do ano, entre eles, "Avaliação do Custo do Dinheiro: no Âmbito de Mercado e Forense" e Curso de Administração Judiciária, na modalidade Educação a Distância (EAD), destinado a magistrados, com credenciamento da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

A Esmec inscreveu magistrados para cursos desenvolvidos pela Enfam, na modalidade EAD, como Gestão Cartorária, Gestão de Pessoas e Gestão Financeiro-Orçamentária, destinados a magistrados que ainda não tenham participado de nenhum curso dessa natureza.

Além disso, a Escola abriu a primeira turma oficial do curso de preparação ao processo seletivo do Mestrado em Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Das 25 vagas ofertadas, 17 foram preenchidas por alunos da Esmec, ou seja, a instituição conquistou 68% das vagas.

CONGRESSOS

Entre as palestras, seminários e congressos se destacaram discussões sobre previdência complementar, 20 anos da Convenção Internacional sobre os direitos da criança, execução de medidas alternativas para jovens e sobre o anteprojeto do Novo Código de Processo Penal.

Em outubro, promoveu o I Seminário de Estudos Sobre os Meios Alternativos de Solução de Conflitos. No mês seguinte, sediou o V Seminário de Conciliação, com o tema "Conciliação e Mediação".

REVISTAS

A revista eletrônica da Esmec, denominada Díke, foi criada este ano, sendo disponibilizada, em fevereiro, com 21 artigos científicos e uma resenha. A tradicional Themis teve novas edições produzidas e distribuídas nos últimos dez meses.

CRESCE **NÚMERO DE JULGAMENTOS**

As seis Turmas Recursais do Fórum Professor Dolor Barreira realizaram 3.520 julgamentos até novembro de 2011. O número já é 8,45% maior do que a quantidade de processos julgados no ano passado, que foi de 3.222.

Atualmente, tramitam 7.702 processos nas Turmas que têm competência para julgar recursos cíveis e criminais provenientes dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs) da Capital e Interior do Estado.

A maior parte das ações apreciadas pelas Turmas Recursais é referente ao direito do consumidor, como pedidos de indenização por danos morais e materiais. Os autos tramitam de forma física e virtual (Projudi), mas o número de processos em papel está diminuindo gradativamente.

O Fórum Dolor Barreira completou 11 anos de fundação no dia 31 de agosto deste ano. Cada Turma é composta por três juízes, com exercício no 1º Grau de jurisdição, designados pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

As Turmas Recursais do Fórum Professor Dolor Barreira realizaram 3.520 julgamentos até novembro de 2011, número 8,45% maior do que a quantidade de processos julgados no ano passado

7.702 processos tramitam nas Turmas Recursais

Coordenador geral dos JECCs, desembargador Paulo Camelo Timbó, e o titular do JECC da Maraponga, juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS JULGAM 56.963 PROCESSOS

Os 37 Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Judiciário cearense julgaram 56.963 ações de janeiro a outubro de 2011. A estatística é referente às unidades da Capital e das comarcas do Interior do Estado.

Foram julgados 2.378 processos a mais que o número de feitos que deram entrada no mesmo período, quando foram registrados 54.585. "O balanço positivo se deve necessariamente ao trabalho dos juízes titulares das unidades e também aos que compõem o Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, em cumprimento à Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça", disse o coordenador geral dos Juizados, desembargador Paulo Camelo Timbó. O Grupo é formado por vinte juízes, dos quais dois julgam processos das unidades com maior acervo processual.

O magistrado destacou a importância dos Juizados para a população. "É uma maneira mais ágil e eficiente de resolver os conflitos, em regra de pessoas mais carentes, pois nas causas cujo valor não ultrapasse 20 salários mínimos, a parte pode pleitear sem assistência de advogado". O desembargador Paulo Timbó afirmou ainda que o sistema vem contribuindo decisivamente para evitar a sobrecarga de processos no Fórum Clóvis Beviláqua, onde, "em tese, as questões devem ser mais complexas, evitando assim as reclamações na demora do julgamento das ações".

Do total de julgados neste ano, 28.494 foram sentenças prolatadas pelos 20 juizados da Capital. O restante foi julgado pelas 17 unidades do Interior. A estatística também revelou que foram realizadas 26.251 audiências, homologados 13.636 acordos e arquivados 46.294 processos. As ações mais comuns são as relacionadas ao Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Os Juizados Especiais são órgãos da Justiça disciplinados pela lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Eles têm competência para conciliar e julgar causas cíveis que não ultrapassem o valor correspondente a 40 salários mínimos. Também as ações criminais de menor potencial ofensivo, como as de contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano.

JUIZADO MÓVEL COMPLETA 15 ANOS COM ATUAÇÃO EXPRESSIVA

O Juizado Especial Móvel de Fortaleza completou 15 anos de funcionamento no dia 22 de novembro de 2011 e comemorou a data com números expressivos. Segundo as estatísticas, foram realizados 5.739 atendimentos somente de janeiro a outubro. Desse total, 4.900 resultaram em acordos no ato da ocorrência, o que representa média de 85,38% de êxito.

Somente em outubro deste ano, foram atendidos 611 casos, dos quais 528 foram resolvidos amigavelmente. A unidade móvel é vinculada ao 10º Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) da Capital, que tem à frente o juiz Mário Parente Teófilo Neto.

"É um serviço de grande relevância porque pacifica o conflito na rua, de forma rápida e sem ônus para as partes. Constatamos que, na experiência do Juizado, um processo começa e termina em questão de horas", destacou o magistrado, coordenador do serviço.

Ainda segundo o juiz, a iniciativa facilita o acesso ao Judiciário porque vai até o cidadão, oferecendo Justiça de maneira mais efetiva e célere. Criado em 1996, a unidade móvel resolve conflitos decorrentes de acidentes de trânsito que não apresentem vítimas fatais.

Funciona durante 24 horas e conta com quatro viaturas adaptadas para o atendimento. Cada equipe é formada por três funcionários (um oficial de Justiça, um conciliador e um policial) capacitados para atender os envolvidos no conflito.

"No caso de uma colisão, recomendo que o primeiro serviço a ser acionado seja o Juizado. Se for necessário o auxílio da Autarquia Municipal de Trânsito, Polícia Rodoviária ou Departamento Estadual de Trânsito, nós mesmos fazemos o chamado", explica o conciliador Rommel Oliveira. Quando a questão não é resolvida no local do sinistro, é aberto processo e a primeira audiência de instrução e julgamento já fica marcada.

O conciliador explicou que o objetivo é prestar assistência ao cidadão que fica abalado por conta do acidente e, muitas vezes, não sabe a quem recorrer de imediato. Ele disse ainda que a implantação bem sucedida do Juizado Móvel de Fortaleza serviu de modelo para Pernambuco, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Norte.

Desde o início dos trabalhos, já foram registrados 81.706 atendimentos, totalizando 70.655 acordos. Isso significa índice de conciliações, no momento do sinistro, de 88,83%.

SERVIÇO

Juizado Móvel - vinculado ao 10º JECC de Fortaleza, no Bairro de Fátima. Contatos: (85) 8778.2161, 8778.2162, 8778.2163 e 8778.2164.

Serviço funciona 24 horas durante os sete dias da semana

ASSESSORIA PRODUZ 1.943 MATÉRIAS E CRIA 16 CAMPANHAS INSTITUCIONAIS EM 2011

A Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário do Ceará produziu, de janeiro a novembro de 2011, 1.943 matérias e, aproximadamente, 6.600 fotos. O objetivo desse trabalho é divulgar as ações da Justiça estadual.

Além disso, criou peças institucionais relacionadas ao Dia da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, dos Pais, das Crianças e do Servidor. Foi ainda responsável pela elaboração das campanhas do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), mutirões (financeiro, perícias de interdição e investigação de paternidade, pensão alimentícia e DPVAT) do Fórum Clóvis Beviláqua e do Processo Eletrônico.

Também produziu a logomarca do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, do Programa Justiça e Cidadania e do Ciclo de Palestras sobre Controle na Administração Pública.

As matérias foram publicadas no Portal do Tribunal de Justiça do Ceará (www.tjce.jus.br) e encaminhadas, por meio de boletins, a 84 veículos de comunicação, incluindo sites do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais.

COBERTURA

A equipe da Comunicação é formada por profissionais que se dividem na cobertura de eventos, produção de textos jornalísticos sobre decisões judiciais e atividades administrativas do TJCE, Fórum Clóvis Beviláqua, Turmas Recursais, Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Juizado da Mulher, Escola Superior da Magistratura (Esmec) e comarcas do Interior.

O grupo também desempenha as tarefas de leitura e recorte de jornais, produção do clipping de notícias em papel e eletrônico, arquivo de notícias referentes aos desembargadores e de todo material produzido pela Assessoria.

INTRANET

Para melhorar a comunicação interna, a Assessoria solicitou o apoio da Secretaria de Tecnologia que providenciou o layout da nova intranet. A ferramenta foi disponibilizada a partir de maio de 2011, com espaço para publicação de notícias de interesse dos servidores e lista dos aniversariantes do mês.

Reuniões e outras atividades no âmbito das secretarias, assessorias e departamento são registradas pela Comunicação para conhecimento do público interno.

BOLETINS DE NOTÍCIAS

Diariamente são produzidos dois boletins, um deles é direcionado a 75 rádios, sendo 16 da Capital e 59 do Interior. Os textos trazem informações relacionadas a decisões de desembargadores, das Câmaras, Órgão Especial, Pleno, Turmas Recursais e juízes. Também são redigidas matérias sobre ações administrativas de interesse público.

PORTAL

Depois de ganhar nova paginação, o site do Tribunal de Justiça passou a receber maior número de acessos, cerca de 20% a mais. Os textos são disponibilizados com fotos e o novo layout tornou a leitura mais atrativa.

Em média, as visitas a cada mês totalizam 400 mil. O número é expressivo se comparado ao site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que registra, mensalmente, um milhão de acessos.

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

Criatividade e estética de bom gosto são características das campanhas que levam a assinatura da Assessoria. Os profissionais de criação buscam humanizar a comunicação visual. Há estudo e minuciosa pesquisa para cada tema criado com o objetivo de atingir com eficiência o público-alvo.

JUDICIÁRIO NOTÍCIAS

O setor é responsável também pela redação e edição, bimensal, do "Judiciário Notícias". Impresso no Parque Gráfico do Tribunal, o jornal, de oito páginas, passou a ter tiragem de mil exemplares a partir da edição maio/junho.

Anteriormente, esse número era de 750. A publicação é distribuída na sede do TJCE, no Fórum de Fortaleza, nos Juizados Especiais, nas Turmas Recursais, na Esmec e em todas as comarcas do Interior. Traz os principais assuntos administrativos e judiciais da Justiça estadual.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

O acompanhamento das matérias referentes ao Judiciário do Ceará é feito por meio da leitura diária dos jornais O Povo, Diário do Nordeste, O Estado, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, além de 25 sites e blogs. O conteúdo é disponibilizado, em papel, para desembargadores e secretário geral.

Também é colocado na intranet e enviado, por meio eletrônico, à Diretoria do Fórum da Capital, juízes, secretários e assessores. A Assessoria também faz a avaliação qualitativa do material.

De janeiro a novembro de 2011, a Comunicação produziu 1.943 matérias. No mesmo período, foram publicadas 3.163 notícias referentes à Justiça cearense, sendo 1.024 positivas (32%), 1.953 neutras (62%) e 186 negativas (6%).

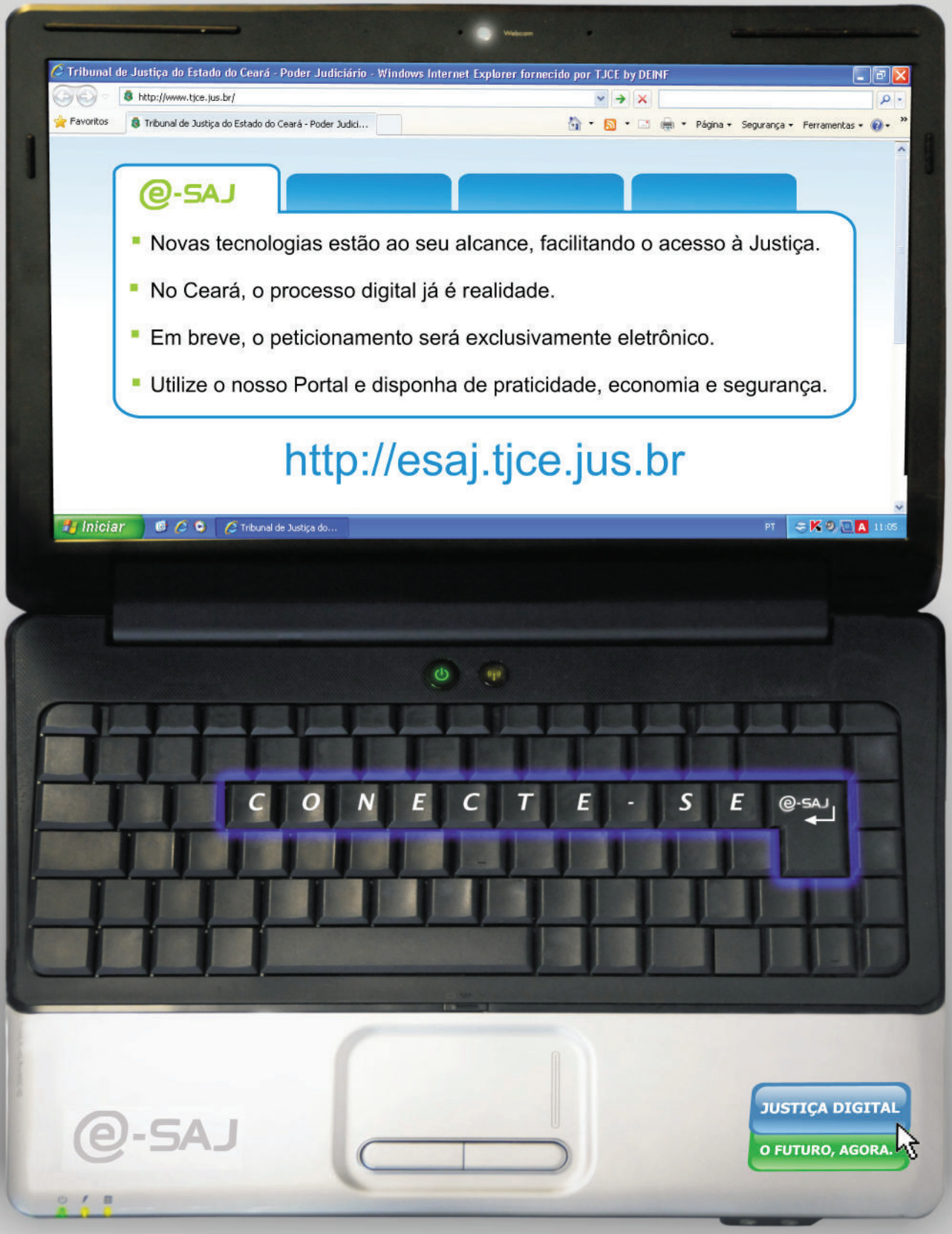
EDIÇÃO DO CLIPPING DE RÁDIO E TV

A equipe edita as notícias veiculadas em emissoras de rádio e TV. O monitoramento é feito pela empresa AD2M - Engenharia da Comunicação, vencedora de licitação.

De acordo com a avaliação qualitativa apresentada pela empresa, foram veiculadas 2.819 matérias, no período de janeiro a novembro de 2011, sendo 2.157 positivas (77%), 320 neutras (11%) e 342 negativas (12%).

A credibilidade do material produzido pela Assessoria de Comunicação é demonstrado no aproveitamento dos textos pelos veículos de comunicação. De junho a novembro, o Judiciário obteve 924 inserções institucionais na mídia, média mensal de 154 veiculações.

PEÇAS DAS CAMPANHAS DE MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO


Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Poder Judiciário - Windows Internet Explorer fornecido por TJCE by DEINF
http://www.tjce.jus.br/
Favoritos
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Poder Judici...
Página
Segurança
Ferramentas
e-SAJ
Novas tecnologias estão ao seu alcance, facilitando o acesso à Justiça.
No Ceará, o processo digital já é realidade.
Em breve, o peticionamento será exclusivamente eletrônico.
Utilize o nosso Portal e disponha de praticidade, economia e segurança.
http://esaj.tjce.jus.br
Iniciar
Tribunal de Justiça do...
PT
11:05
CONECTE-SE
e-SAJ
JUSTIÇA DIGITAL
O FUTURO, AGORA.